

K. MARX

F. ENGELS

"A IDEOLOGIA ALEMÃ" (I – Feuerbach)

Tradução de
José Carlos Bruni e
Marco Aurélio Nogueira

Quinta Edição

47577
BIBLIOTECA
HISTÓRIA - FFLCH
USP

EDITORA HUCITEC
São Paulo, 1986

SBD/FFLCH

TOMBO...53123



SBD-FFLCH-USP

SBD/FFLCH

M 392dp
5. ed. e. 2

Traduzido do original alemão *Die deutsche Ideologie. Kritik der neuesten deutschen Philosophie in ihren Repräsentanten Feuerbach, B. Bauer und Stirner, und des deutschen Sozialismus in seinen verschiedenen Propheten*. Dietz Verlag, Berlin, 1973 (Karl Marx-Friedrich Engels Werke, Band 3). Direitos de tradução e de edição reservados pela Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia "Hucitec" Ltda., Rua Comendador Eduardo Saccab, 342-344 04602 São Paulo, Brasil. Telefone: (011)61-6319.

Capa e diagramação das páginas de abertura de
Claus P. Bergner

Revisão, diagramação e supervisão gráfica do texto de
José Roberto Junqueira

Esta tradução foi editada originalmente (primeira, segunda e terceira edições) pela Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., de São Paulo.

DEDALUS - Acervo - FFLCH



20900104917

ÍNDICE

ESCLARECIMENTO	7
Karl Marx. Teses sobre Feuerbach	11
Karl Marx/Friedrich Engels. <i>A IDEOLOGIA ALEMÃ</i>	15
Prefácio	17
<i>Feuerbach. A oposição entre a concepção materialista e a idealista (Introdução)</i>	21
A. A Ideologia em Geral, Especialmente a Alemã	23
1. História	39
2. Sobre a produção da consciência ...	53
B. A Base Real da Ideologia	77
1. Intercâmbio e força produtiva	77
2. A relação do Estado e do Direito com a propriedade	96
3. Formas de propriedade e instrumentos de produção naturais e civilizados	101
C. Comunismo. A Produção da Própria Forma de Intercâmbio	110
ANEXOS	123
1. Karl Marx. <i>Teses Sobre Feuerbach</i>	125
2. Karl Marx. <i>A Construção Hegeliana da Fenomenologia</i>	129
3. Karl Marx. <i>Esboço Para um Trabalho Sobre o Estado Moderno</i> ..	130
4. Karl Marx. <i>Sobre Feuerbach</i>	132
5. Karl Marx. <i>Do Manuscrito. I — Feuerbach</i>	133
6. Friedrich Engels. <i>Feuerbach</i>	135

Manuscript

Di. nullo... (Faint handwritten text in German)

Primeira página dos manuscritos de "A Ideologia Alemã".

I

FEUERBACH

A OPOSIÇÃO ENTRE A CONCEPÇÃO MATERIALISTA E A IDEALISTA 1

[INTRODUÇÃO]

Como ideólogos alemães informam, a Alemanha teria sido, nos últimos anos, cenário de uma revolução sem precedentes. O processo de decomposição do sistema hegeliano, que começara com Strauss 2, conduziu a uma fermentação universal em que se envolveram todas as "potências do passado". Nesse caos geral, formaram-se poderosos impérios para logo soçobrar; heróis efêmeros surgiram para serem, por sua vez, lançados às trevas por rivais mais audazes e poderosos. Foi uma revolução frente à qual a Revolução Francesa não foi senão brinquedo de crianças, uma luta mundial que fazia parecer mesquinhos os combates dos diádocos 3. Os princípios deslocaram-se; os heróis do pensamento lançaram-se uns contra os outros com inaudita precipitação, e em três anos — de 1842 a 1845 — removeu-se o solo da Alemanha mais do que antes em três séculos.

- 1. Subtítulo acrescentado por Engels, após a morte de Marx.
2. David Friedrich Strauss (1808-1874): filósofo e escritor alemão, destacado jovem hegeliano; após 1866, tornou-se um nacionalista liberal. Célebre em virtude de seu livro Vida de Jesus (1833).
3. Generais de Alexandre da Macedônia que, após a morte deste, entregaram-se a uma encarniçada luta pela conquista do poder, no curso da qual o império de Alexandre cindiu-se numa série de Estados.

Tudo isso teria ocorrido nos domínios do pensamento puro*.

Trata-se, certamente, de acontecimento pleno de interesse: o processo de decomposição do espírito absoluto**.

Desde que se extinguiu a última chama de vida, os vários elementos desse *caput mortuum* entraram em decomposição, formando novas combinações e constituindo-se em novas substâncias. Os industriais da filosofia, que até então haviam vivido da exploração do espírito absoluto, lançaram-se então a novas combinações. Cada um se dedicava a explorar, com zelo inaudito, o negócio da parte que lhe coubera por sorte. Mas isto não poderia se dar sem concorrência. Inicialmente, tal concorrência foi conduzida de maneira burguesa e sólida. Depois, quando o mercado alemão encontrou-se abarrotado e, apesar dos esforços, a mercadoria não encontrava saída no mercado mundial, os negócios começaram a se deteriorar, como é comum na Alemanha, por força da produção fabril adulterada, da alteração da qualidade, da sofisticação da matéria-prima, da falsificação dos rótulos, das compras simuladas, dos cheques girando a descoberto e de um sistema de créditos carente de toda base real. Essa concorrência culminou numa luta encarniçada, que hoje nos é apresentada e exaltada como uma revolução histórico-mundial e como a produtora de conquistas e resultados prodigiosos.

* [Suprimido no manuscrito:] O mundo exterior profano, naturalmente, nada soube disso, pois esse acontecimento que abalou o mundo não se desenvolveu no fundo senão no processo de decomposição do espírito absoluto.

** [Suprimido no manuscrito:] O crítico, este anunciador de casamentos e de funerais não podia naturalmente estar ausente, ele que, como resíduo das grandes guerras de libertação, se [...]

1. Literalmente, "cabeça morta"; termo utilizado em química para designar o resíduo de destilação; aqui: restos, resíduos. (N. dos T.)

Mas, para apreciar em seu justo valor essa griteraria de filósofos-comerciantes que, mesmo no íntimo do honesto burguês alemão, desperta um agradável sentimento nacional; para dar uma idéia clara da pequenez, da limitação local*, de todo este movimento neo-hegeliano e, especialmente, do contraste trágico entre as proezas reais de tais heróis e as ilusões suscitadas em torno delas — é necessário examinar, ao menos uma vez, todo esse espetáculo de um ponto de vista situado fora da Alemanha**.

A. A Ideologia em Geral, Especialmente a Alemanha***

Até em seus últimos esforços, a crítica alemã não abandonou o terreno da filosofia. Longe de examinar seus pressupostos filosóficos gerais, todas as suas questões brotaram de um sistema filosófico determinado, o sistema hegeliano. Não apenas em suas respostas, mas já nas próprias questões, havia uma mistificação. Essa dependência de Hegel é a razão pela qual nenhum

* [Suprimido no manuscrito:] (e nacional.)

** [Suprimido no manuscrito:] Por isto, antes de entrar na crítica especial dos diversos representantes deste movimento, faremos algumas considerações gerais. Estas considerações serão suficientes para caracterizar o ponto de vista de nossa crítica, na medida em que isto seja necessário para a compreensão e fundamentação das críticas individuais subsquentes. Contrapomos estas considerações a *Feuerbach* em especial porque este é o único que fez ao menos algum progresso e cujos escritos podem ser examinados de *bonne foi* [de boa fé]. Tais considerações esclarecerão melhor os pressupostos ideológicos comuns a todos eles.

*** [Suprimido no manuscrito:] 1. *A ideologia em geral, especialmente a filosofia alemã.*

Conhecemos apenas uma única ciência, a ciência da história. A história pode ser examinada sob dois aspectos: história da natureza e história dos homens. Os dois aspectos, contudo, não são separáveis;

aos poucos, declarou-se que toda relação dominante era uma relação religiosa e se a converteu em culto, culto do direito, culto do Estado etc. Por toda parte, tratava-se apenas de dogmas e da crença em dogmas. O mundo viu-se canonizado numa escala cada vez mais ampla até que o venerável São Max¹ pôde canonizá-lo *en bloc*² e liquidá-lo de uma vez por todas.

Os velhos hegelianos haviam *compreendido* tudo, desde que tudo fora reduzido a uma categoria da lógica hegeliana. Os jovens hegelianos *criticavam* tudo, introduzindo sorratamente representações religiosas por baixo de tudo ou proclamando tudo como algo teológico. Jovens e velhos hegelianos concordavam na crença no domínio da religião, dos conceitos e do universal no mundo existente. A única diferença era que uns combatiam como usurpação o domínio que os outros aclamavam como legítimo.

Desde que os jovens hegelianos consideravam as representações, os pensamentos, os conceitos — em uma palavra, os produtos da consciência por eles tornada autônoma — como os verdadeiros grilhões dos homens (exatamente da mesma maneira que os velhos hegelianos neles viam os autênticos laços da sociedade humana), é evidente que os jovens hegelianos têm que lutar apenas contra essas ilusões da consciência. Uma vez que, segundo suas fantasias, as relações humanas, toda a sua atividade, seus grilhões

* [Suprimido no manuscrito:] e que uma modificação da consciência dominante é o objetivo que se esforçam por atingir.

1. São Max é a alcunha dada a Max Stirner (pseudônimo de Johann Caspar Schmidt, 1806-1856), filósofo neo-hegeliano alemão e um dos ideólogos do individualismo burguês e do anarquismo. Autor do livro *Der Einzige und sein Eigenhum (O Único e sua propriedade)*. (N. dos T.)

2. Em francês no original: em bloco. (N. dos T.)

desse novos críticos tentou uma crítica de conjunto do sistema hegeliano, embora cada um deles afirmasse ter ultrapassado Hegel. Suas polémicas contra Hegel e entre eles a isto se limitam: cada qual isola um aspecto do sistema hegeliano, dirigindo-o, ao mesmo tempo, contra o sistema inteiro e contra os aspectos isolados pelos outros. Inicialmente, tomam-se categorias hegelianas puras, isentas de falsificação, tais como as de substância e autocoscência; depois, profanam-se as categorias com nomes mais mundanos, tais como os de Gênero, o Único, o Homem etc.

Toda a crítica filosófica alemã de Strauss a Stirner limita-se à crítica das representações *religiosas*.*

Partia-se da religião real e da verdadeira teologia. Aquilo que se entendia por consciência religiosa, por representação religiosa, foi posteriormente determinado de diferentes formas. O progresso consistia em subsumir também à esfera das representações religiosas ou teológicas as representações metafísicas, políticas, jurídicas, morais e outras, consideradas predominantes; do mesmo modo, proclamava-se a consciência política, jurídica ou moral como consciência religiosa ou teológica, e o homem político, jurídico ou moral e, em última instância, "o Homem", como religioso. O domínio da religião foi pressuposto. E,

enquanto existirem homens, a história da natureza e a história dos homens se condicionarão reciprocamente. A história da natureza, a chamada ciência natural, não nos interessa aqui; mas teremos que examinar a história dos homens, pois quase toda a ideologia se reduz ou a uma concepção distorcida desta história, ou a uma abstração completa dela. A própria ideologia não é senão um dos aspectos desta história.

* [Suprimido no manuscrito:] que entrou em cena com a pretensão de ser a redentora absoluta do mundo, aquela que o redimiria de todo o mal. A religião foi considerada e tratada permanentemente como uma inimiga mortal, como a causa última de todas as relações repugnantes a estes filósofos.

Os pressupostos de que partimos não são arbitrários, nem dogmas. São pressupostos reais de que não se pode fazer abstração a não ser na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação. Estes

meio material.
alemã, a conexão entre a filosofia alemã e a realidade

A nenhum destes filsofos ocorreu perguntar qual era a conexão entre a filosofia alemã e a realidade

significantes.
histórico-mundial graças a estes esclarecimentos insões de haver proporcionado descobertas de alcance são apenas novas maneiras de embelezar suas pretensões de haver proporcionado descobertas de alcance giosos — e assim mesmo de um ponto de vista particular — sobre o cristianismo; todas as outras afirmações filosóficas foram alguns esclarecimentos histórico-religiosos resultados aos quais pôde conduzir essa crítica batem de forma alguma o mundo real existente. Os combaterem as traseologias deste mundo, não combatesologias nada mais do que traseologias e que, ao quando afirmam que lutam unicamente contra "traseologias". Esquecem apenas que opõem a estas traseologias nada mais do que traseologias e que, ao combaterem as traseologias deste mundo, não combatem de forma alguma o mundo real existente. Os únicos resultados aos quais pôde conduzir essa crítica filosófica foram alguns esclarecimentos histórico-religiosos — e assim mesmo de um ponto de vista particular — sobre o cristianismo; todas as outras afirmações são apenas novas maneiras de embelezar suas pretensões de haver proporcionado descobertas de alcance históricomundial graças a estes esclarecimentos insignificantes.

Andreas von Schlegel

Handwritten notes in the right margin of page 26, including the name "Andreas von Schlegel" written vertically.

pressupostos são, pois, verificáveis por via puramente empírica.
O primeiro pressuposto de toda história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos*. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal destes indivíduos e, por meio disto, sua relação dada com o resto da natureza. Não podemos, evidentemente, fazer aqui um estudo da constituição física dos homens, nem das condições naturais já encontradas pelos homens — geológicas, oro-hidrográficas, climáticas e outras*. Toda historiografia deve partir destes fundamentos naturais e de sua modificação no curso da história pela ação dos homens. Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo este que é condicionado por sua organização corporal. Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de reproduzir. Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, a saber: a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, muito mais, de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar sua vida, determinado modo de vida dos mesmos. Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são

* Suprimido no manuscrito: O primeiro ato histórico destes indivíduos, pelo qual se distinguem dos animais, não é o fato de pensar, mas o de produzir seus meios de vida.
** [Suprimido no manuscrito:] Estas relações condicionam não apenas a organização orgânica, natural, dos homens — especialmente suas diferenças raciais — como também seu desenvolvimento ou não-desenvolvimento ulterior até os dias de hoje.

Handwritten notes in the left margin of page 27, including the name "Andreas von Schlegel" written vertically.

Handwritten notes in the right margin of page 27, including the name "Andreas von Schlegel" written vertically.

1. Em *A Ideologia Alemã*, o termo "Verkehr" é empregado num sentido bastante amplo, englobando o intercâmbio material e espiritual de indivíduos isolados, de grupos sociais e de países inte-
ros. Marx e Engels mostram que o intercâmbio dos homens entre si no processo de produção é a base de todas as outras formas de intercâmbio. Os termos "Verkehrstform" (forma de intercâmbio), "Verkehrsweise" (modo de intercâmbio) e "Verkehrsverhältnisse" (relações ou condições de intercâmbio), que aparecem em *A Ideologia Alemã*, são empregados por Marx e Engels para exprimir o con-
ceito de "relações de produção", que apenas mais tarde seria empre-
gado pelos autores. Literalmente, "Verkehr" significa trânsito, circulação, movimento, intercâmbio, comércio. Na carta a Annenkov (28 de dezembro de 1846), escrita em francês, Marx traduz "Verkehr" por "comércio", acrescentando que emprega o termo "no seu senti-
do mais geral". (Cf. *Cartas Filosóficas e outros escritos*, São Paulo, Grijalbo, 1977, p. 15). (N. dos T.: na presente tradução, o termo foi traduzido geralmente por "intercâmbio". Em algumas passagens, onde o sentido era evidentemente mais restrito, por "comércio".)

As relações entre umas nações e outras dependem do estado de desenvolvimento em que se encontra cada uma delas no que concerne às forças produ-
tas, à divisão do trabalho e ao intercâmbio interno. Tal princípio é em geral reconhecido. Entretanto, não apenas a relação de uma nação com outras, mas também toda a estrutura interna desta mesma na-
ção, dependem do grau de desenvolvimento de sua produção e de seu intercâmbio interno e externo. O quanto as forças produtivas de uma nação estão de-
senvolvidas é mostrado da maneira mais clara pelo grau de desenvolvimento atingido pela divisão do

Essa produção aparece inicialmente com o au-
mento da população. Ela própria pressupõe um inter-
câmbio (Verkehr) dos indivíduos uns com os outros. A forma desse intercâmbio é, por sua vez, condiciona-
da pela produção.

coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção.

1. O termo "Stamm" (aqui traduzido por "tribo"), tinha grande importância nas obras históricas escritas nos anos 40 do século pas-
sado. Era empregado para definir uma comunidade de pessoas des-
cendentes de um ancestral comum, incluindo os modernos conceitos de "gens" e "tribo". O primeiro investigador a definir e a diferenciar estes conceitos foi Lewis Henry Morgan (1818-1881), na obra *Ancient Society, or Researches in the lines of Human Progress from*

As diversas fases de desenvolvimento da divisão do trabalho representam outras tantas formas dife-
rentes da propriedade: ou, em outras palavras, cada nova fase da divisão do trabalho determina igualmente as relações dos indivíduos entre si, no que se refere ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho. A primeira forma de propriedade é a propriedade tribal (*Stamm Eigentum*)¹. Ela corresponde à fase não

volvem o intercâmbio entre as diferentes nações. As diversas fases de desenvolvimento da divisão do trabalho representam outras tantas formas dife-
rentes da propriedade: ou, em outras palavras, cada nova fase da divisão do trabalho determina igualmente as relações dos indivíduos entre si, no que se refere ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho. A primeira forma de propriedade é a propriedade tribal (*Stamm Eigentum*)¹. Ela corresponde à fase não
volvem o intercâmbio entre as diferentes nações. Estas mesmas condições mostram-se ao se desen-
salar (patricaralismo, escravidão, estamentos e clas-
sial) (patricaralismo, escravidão, estamentos e clas-
sial) qual se exerce o trabalho agrícola, industrial e comer-
cial em relação a outras e condicionada pelo modo pelo
os indivíduos que cooperam em determinadas tra-
balhos. A posição de tais subdivisões particulares umas
em relação a outras é condicionada pelo modo pelo
qual se exerce o trabalho agrícola, industrial e comer-
cial (patricaralismo, escravidão, estamentos e clas-
ses). Estas mesmas condições mostram-se ao se desen-
volvem o intercâmbio entre as diferentes nações.

A divisão do trabalho no interior de uma nação
desenvolvimento da divisão do trabalho. A divisão do trabalho no interior de uma nação
desenvolvimento da divisão do trabalho. A divisão do trabalho no interior de uma nação
desenvolvimento da divisão do trabalho.

Handwritten notes on the left margin of page 29, including "divisão do trabalho", "patricaralismo", "escravidão", "estamentos", "classial", "qual se exerce o trabalho", "agrícola", "industrial", "comercial", "em relação a outras", "condicionada pelo modo pelo qual se exerce o trabalho", "patricaralismo", "escravidão", "estamentos", "classial".

Handwritten notes on the right margin of page 29, including "divisão do trabalho", "patricaralismo", "escravidão", "estamentos", "classial", "qual se exerce o trabalho", "agrícola", "industrial", "comercial", "em relação a outras", "condicionada pelo modo pelo qual se exerce o trabalho", "patricaralismo", "escravidão", "estamentos", "classial".

Handwritten notes on the right margin of page 28, including "divisão do trabalho", "patricaralismo", "escravidão", "estamentos", "classial", "qual se exerce o trabalho", "agrícola", "industrial", "comercial", "em relação a outras", "condicionada pelo modo pelo qual se exerce o trabalho", "patricaralismo", "escravidão", "estamentos", "classial".

valer e no desenvolvimento da produção
diversos de natureza e âmbito e
uma maior extensão da família
formar de propriedade

desenvolvida da produção, em que um povo se alimenta da caça e da pesca, da criação de gado ou, no máximo, da agricultura. Neste último caso, a propriedade tri- bal pressupõe grande quantidade de terras incultas. Nesta fase, a divisão do trabalho está ainda pouco desenvolvida e se limita a uma maior extensão da divisão natural no seio da família. A estrutura social limita-se, portanto, a uma extensão da família: os chefes patriarcais da tribo, abaixo deles os membros da tribo e finalmente os escravos. A escravidão latente na família desenvolve-se paulatinamente com o cres- cimento da população e das necessidades, e também com a extensão do intercâmbio externo, tanto da guerra como da troca.

A segunda forma de propriedade é a propriedade comunal e estatal que se encontra na Antiguidade, para formar uma cidade, por contrato ou por conqui- sta, e na qual subsiste a escravidão. Ao lado da pro- priedade comunal, desenvolve-se já a propriedade mo- derna, mais tarde, também a imóvel, mas como uma forma anormal subordinada à propriedade comunal. Os cidadãos possuem o poder sobre seus escravos tra- zidos ligados à forma de propriedade comunal. Esta é

Savagery through Barbarism to Civilization (A Sociedade Primitiva, ou Pesquisas sobre o progresso humano da Selvageria à Civilização através da Barbárie) (Londres, 1877). Este notável etnógrafo e his- toriador norte-americano mostrou pela primeira vez o significado da gens como núcleo do sistema comunal primitivo e, por esse meio, estabeleceu os fundamentos científicos para a história da sociedade primitiva em seu conjunto. Engels utilizou as conclusões gerais das descobertas de Morgan e realizou uma abrangente análise dos concei- tos de "gens" e "tribo" em A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado (N. dos T.: a obra de Engels foi tradu- zida para o português por Leandro Konder e publicada pela Civiliza- ção Brasileira, RJ, 1975).

comunal e propriedade privada coletiva
se aplica e estende-se sobre o tempo

a propriedade privada coletiva dos cidadãos ativos que, em face dos escravos, são obrigados a permanecer nes- se modo de associação surgido naturalmente. Eis por que toda a estrutura social baseada nesta propriedade coletiva, e com ela o poder do povo no mesmo grau, decaem na medida em que se desenvolve a proprie- dade privada imóvel. A divisão do trabalho já é mais desenvolvida. Encontramos já a oposição entre a ci- dade e o campo, e mais tarde a oposição entre os Estados que representam o interesse das cidades e os que representam os interesses do campo; e encon- tramos no interior das próprias cidades a oposição entre o comércio marítimo e a indústria. As relações de classe entre cidadãos e escravos estão agora com- pletamente desenvolvidas*.

O fato da conquista parece contradizer toda esta concepção da história. Até agora, considerou-se a vio- lência, a guerra, o saque, o latrocínio etc., como a força propulsora da história. Aqui, temos de nos li- mitar necessariamente aos aspectos principais, razão pela qual tomaremos o exemplo mais notável — a destruição de uma velha civilização por um povo bárbaro e, com isto, a formação desde o princípio de uma nova estrutura da sociedade. (Roma e os bár- baros, o feudalismo e as Gálias, o Império Romano do Oriente e os turcos.) Por parte do povo bárbaro con- quistador, a guerra continua sendo, como já assina- lamos anteriormente, uma forma regular de inter- câmbio, explorada tanto mais zelosamente quanto mais o incremento da população, dentro do foscó modo de produção tradicional (o único possível para

* [Suprimido no manuscrito:] Entre os plebeus romanos encon- tramos, inicialmente, pequenos proprietários de terra e, depois, os começos de um proletariado, que, entretanto, não se desenvolve em virtude de sua posição intermediária entre os cidadãos possuidores e os escravos.

Antes de
que se
desenvolva
a propriedade
comunal

lado, em correlação com estes fatos, a transformação dos pequenos camponeses plebeus em um proletariado, cuja situação intermediária entre os cidadãos possuidores e os escravos não levou a nenhum desenvolvimento autônomo.

3) A terceira forma é a propriedade feudal ou esta-mental¹. Enquanto a Antiguidade partia da *cidade* e de seu pequeno território, a Idade Média partia do *campo*. A população existente, dispersa e disseminada por uma vasta superfície a que os conquistadores não trouxeram grande incremento, condicionou essa mudança de ponto de partida. Ao contrário da Grécia e de Roma, o desenvolvimento feudal inicia-se, pois, em terreno muito mais extenso, preparado pelas conquistas romanas e pela expansão da agricultura e esta, desde o começo, com elas relacionado. Os últimos séculos do Império Romano em declínio e as próprias conquistas dos bárbaros destruíram grande quantidade de forças produtivas; a agricultura declinará, a indústria estava em decadência pela falta de mercados, o comércio adormecera ou fora violentamente interrompido, a população, tanto a rural como a urbana, diminuirá. Essas condições preexistentes e o modo de organização da conquista por elas condicionado fizeram com que se desenvolvesse, sob a influência

não podia possuir mais do que 500 jétras (aproximadamente 309 acres) de terra comum (*ager publicus*).

1. Marx e Engels atenuaram mais tarde esta descrição, este esquema da evolução das estruturas da propriedade, ao notarem que ela era válida apenas para a Europa Ocidental, assinalando a existência de um modo de produção asiático. Cf. Marx e Engels, *Cartas sobre "El Capital"*, Barcelona, Ed. Lata, 1974; *Sobre el modo de producción asiático*, Barcelona, Ed. Martínez Roca, 1969; e Marx, *Fundamentos de la crítica de la Economía Política (Grundrisse)*, Madrid, Alberto Corazon, 1972. (N. dos T.: Deste último livro, um extrato foi traduzido para o português por João Mata: *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.)

este povo), engendra a necessidade de novos meios de produção. Na Itália, ao contrário, em virtude da concentração da propriedade territorial (causada não apenas pela compra em massa e pelo endividamento, como também pela herança, desde que, em consequência da grande licenciosidade e da escassez de casamentos, as velhas linhagens iam-se extinguindo pouco a pouco e seus bens ficavam reunidos em poucas mãos) e da transformação das terras em pastos (provocada não apenas pelas causas econômicas nor-mais vigentes ainda na atualidade, como também pela importação de cereais roubados e arrematados como tributos e pela consequente escassez de consumidores para os cereais italianos), quase desapareceram a população livre; os próprios escravos morriam com frequência e tinham que ser sempre substituídos por novos. A escravidão continuava sendo a base de toda a produção. Os plebeus, que ocupavam uma posição intermediária entre os livres e os escravos, nunca foram mais do que uma espécie de lumpemproletariado. Com efeito, Roma nunca foi mais do que uma cidade, e mantinha com as províncias uma relação quase exclusivamente política, a qual, como é natural, podia quebrar-se ou alterar-se novamente por acontecimentos políticos.

Com o desenvolvimento da propriedade privada, começam a surgir pela primeira vez as mesmas relações que encontramos, só que em escala mais ampla, na propriedade privada moderna; de um lado, a concentração da propriedade privada, que começou muito cedo em Roma, como o atesta a lei agrária de Licínio¹, e progrediu rapidamente a partir das guerras civis e, sobretudo, sob os imperadores; de outro

1. Lei agrária de Licínio e Sextius, tribunos do povo romano, decretada em 367 AC como resultado da luta desencadeada pelos plebeus contra os patícios. De acordo com ela, cada cidadão romano

cia da organização militar germânica, a propriedade feudal. Como a propriedade tribal e a comunal, esta também repousa numa comunidade em face da qual não são mais os escravos — como no sistema antigo — mas os pequenos camponeses servos da gleba, que constituem a classe diretamente produtora. Tão logo o feudalismo se desenvolve completamente, aparece a oposição entre as cidades. A estrutura hierárquica da posse da terra e a vassalagem armada a ela conectada davam à nobreza o poder sobre os servos. Essa estrutura feudal, como toda a antiga propriedade comunal, era uma associação contra a classe produtora, dominada; o que variava era a forma de associação e a relação com os produtores diretos, já que as condições de produção haviam mudado.

A essa estrutura feudal da posse da terra correspondia, nas *cidades*, a propriedade corporativa, a organização feudal dos ofícios. Aqui, a propriedade consistia, principalmente, no trabalho de cada indivíduo. A necessidade de associação contra a nobreza rapace associada, a necessidade de locais de troca comuns numa época em que o industrial era ao mesmo tempo comerciante, a concorrência crescente dos servos que fugiam em massa para as cidades prosperas, a estrutura feudal de todo o país — deram origem às *corporações*; os pequenos capitais economizados pouco a pouco pelos artesãos isolados e o número es-fável destes numa população crescente desenvolveram a condição de oficial e de aprendiz, engendrando nas cidades uma hierarquia semelhante à do campo.

Assim, a propriedade principal durante a época feudal consistia, de um lado, na propriedade terriorial à qual estava ligado o trabalho dos servos e, de outro, no trabalho próprio com pequeno capital dominando o trabalho dos oficiais. A estrutura de cada uma dessas duas formas era condicionada pelas con-

dições limitadas da produção, pelo escasso e tosco cultivo da terra e pela indústria de tipo artesanal. No apogeu do feudalismo, houve pequena divisão do trabalho. Cada país trazia em si a oposição entre a cidade e o campo; a estrutura estamental estava profundamente estabelecida, mas fora a separação em princípios, nobreza, clero e campesinato, no campo, e em mestres, oficiais e aprendizes, e logo também a plebe de trabalhadores assalariados ocasionais, nas cidades, não se encontra nenhuma outra divisão importante. Na agricultura, a divisão do trabalho tornava-se mais difícil pelo cultivo parcelado, ao lado do qual surgia a indústria doméstica dos próprios camponeses; na indústria, o trabalho era dividido dentro de cada officio e muito pouco dividido entre os diferentes officios. A divisão entre o comércio e a indústria existia já nas cidades antigas, mas não se desenvolveu senão tardamente nas cidades novas, ao se estabelecerem relações mútuas entre as cidades.

A reunião de grandes territórios em reinos feudais era uma necessidade, tanto para a nobreza rural, como para as cidades. Por conseguinte, a organização da classe dominante, da nobreza, tinha em todas as partes um monarca à frente.

O fato, portanto, é o seguinte: indivíduos determinados*, que como produtores atuam de um modo também determinado, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas. É preciso que, em cada caso particular, a observação empírica** coloco-se sem necessariamente em relevo — empiricamente e sem qualquer especulação ou mistificação — a conexão entre a estrutura social e política e a produção.

* [Suprimido no manuscrito:] em determinadas relações de produção
 ** [Suprimido no manuscrito:] que se atem simplesmente aos fatos reais

Handwritten notes in the left margin of page 34:

- Handwritten text: "Handwritten notes in the left margin of page 34, including 'Handwritten notes', 'Handwritten notes', and 'Handwritten notes'.
- Handwritten text: "Handwritten notes in the left margin of page 34, including 'Handwritten notes', 'Handwritten notes', and 'Handwritten notes'.
- Handwritten text: "Handwritten notes in the left margin of page 34, including 'Handwritten notes', 'Handwritten notes', and 'Handwritten notes'.

social e política.

intercâmbio material e seu desenvolvimento ulterior na estrutura condicionados pelo modo de produção de sua vida material, por seu

** [Suprimido no manuscrito:] e, com efeito, os homens são

sociais limitadas que daí resultaram.

cia de seu modo de atividade material limitado e das suas relações apresentações põem a realidade de cabeça para baixo, isto é consequentemente das relações reais destes indivíduos é ilusória, se em suas realmente condicionados, um outro espírito à parte. Se a expressão cons quando se pressupõe fora do espírito de indivíduos reais, material-organização política e social. A suposição oposta é apenas possível relações e atividades, de sua produção, de seu intercâmbio, de sua são a expressão consciente — real ou ilusória — de suas verdadeiras natureza. É evidente que, em todos estes casos, estas representações viduos elaboram são representações a respeito de sua relação com a natureza, ou sobre suas mútuas relações, ou a respeito de sua própria

* [Suprimido no manuscrito:] As representações que estes indi-

homens reais e ativos, tal como se acham condiciona- suas representações, de suas idéias etc. **, mas os sica etc. de um povo. Os homens são os produtores de da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica produção espiritual, tal como aparece na linguagem comportamento material. O mesmo ocorre com a mens, aparecem aqui como emanação direta de seu apresentar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos dos homens, como a linguagem da vida real. O re- a atividade material e com o intercâmbio material ciência, esta, de início, diretamente entrelaçada com

A produção de idéias, de representações, da cons- condições materiais, independentes de sua vontade *.

dades sob determinados limites, pressupostos e mente e, portanto, tal e como desenvolvem suas ativ- são, isto é, tal e como atuam e produzem material- giniação própria ou alheia, mas tal e como *realmente* destes indivíduos não como podem aparecer na ima- do processo de vida de indivíduos determinados, mas

A estrutura social e o Estado nascem constantemente

Handwritten notes on the right margin of page 36, including the name 'Hobbes' and other illegible scribbles.

Handwritten notes on the left margin of page 36, including the name 'Hobbes' and other illegible scribbles.

dos por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formas mais amplas. A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida, do mesmo modo por que a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico.

Totalmente ao contrário do que ocorre na filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se ascende da terra ao céu. Ou, em outras palavras: não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. E mesmo as formações nebulosas no cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo de vida material, empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e quaisquer outra ideologia, assim como as formas de consciência que a elas correspondem, perdem toda a aparência de autonomia. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. Na primeira maneira de considerar as coisas, parte-se da consciência como do próprio indivíduo vivo; na segunda, que é a que corresponde à vida real, parte-

Handwritten note at the top of page 37: "Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência."

se dos próprios indivíduos reais e vivos, e se considera a consciência unicamente como sua consciência *

Esta maneira de considerar as coisas não é des-provida de pressupostos. Parte de pressupostos reais e não os abandona um só instante. Estes pressupostos são os homens, não em qualquer fixação ou isolamento fantástico, mas em seu processo de desenvolvimento real, em condições determinadas, empiricamente visíveis. Desde que se apresenta este processo ativo de vida, a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos, como para os empiristas ainda abstratos, ou uma ação imaginária de sujeitos imaginários, como para os idealistas.

Alli onde termina a especulação, na vida real, começa também a ciência real, positiva, a exposição da atividade prática, do processo prático de desenvolvimento dos homens. As frases ocas sobre a consciência cessam, e um saber real deve tomar o seu lugar. A filosofia autônoma perde, com a exposição da realidade, seu meio de existência. Em seu lugar pode aparecer, quando muito, um resumo dos resultados mais gerais, que se deixam abstrair da consideração do desenvolvimento histórico dos homens. Estas abstrações, separadas da história real, não possuem valor algum. Podem servir apenas para facilitar a ordenação do material histórico, para indicar a sequência de suas camadas singulares. Mas de forma alguma dão, como a filosofia, uma receita ou um esquema onde as épocas podem ser enquadradas. A dificuldade começa, ao contrário, apenas quando se passa à consideração ** e à ordenação de material, seja de uma

* [Variante original no manuscrito:] unicamente como a consciência destes indivíduos que têm uma atividade prática.
** [Suprimido no manuscrito:] a pesquisar a interdependência real, prática, dessas diferentes camadas.

época passada ou do presente, quando se passa à exposição real. A remoção destas dificuldades depende de pressupostos impossíveis de desenvolver aqui, mas que resultam somente do estudo do processo de vida real e da ação dos indivíduos de cada época. Destacaremos aqui algumas destas abstrações, para contrapô-las à ideologia, ilustrando-as com alguns exemplos históricos.

[1.]

História

Em relação aos alemães, situados à margem de qualquer pressuposto, somos forçados a começar considerando que o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história *, é que os homens devem estar em condições de viver para poder "fazer história" **. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos. E ainda quando o mundo sensível se veja reduzido a um mínimo, a um bastão, como em São Bruno ¹, ele pressupõe a atividade de produção

Handwritten notes:
Ato Histórico
Satisfação da vida material
de

* [Observação marginal de Marx:] *História*.
** [Observação marginal de Marx:] *Hegel*. Condições geológicas, hidrotáficas etc. Os corpos humanos. Necessidade, trabalho.

1. Alusão ao artigo de Bruno Bauer (que Marx chama de "São Bruno"), "Charakteristik Ludwig Feuerbachs" ("Caracterização de

peculação histórica se lance em especial sobre esta "pré-história", porque acreditam estar a salvo da interterência dos "fatos crus" e também porque, ao mesmo tempo, podem dar rédea aos seus impulsos especulativos e propor e lançar por terra milhares de hipóteses.

A terceira condição que já de início intervem no desenvolvimento histórico é que os homens, que diariamente renovam sua própria vida, comegam a criar outros homens, a procriar. é a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a família. Esta família, que no início é a única relação social, torna-se depois, quando as necessidades ampliadas engendram novas relações sociais e o acréscimo de população engendra novas necessidades, uma relação secundária (exceto na Alemanha) e deve, portanto, ser tratada e desenvolvida segundo os dados empíricos existentes e não segundo o "conceito de família", como é hábito na Alemanha*. Além do mais, não se deve considerar

* [Nota de Marx e Engels:] Construção de habitações. Claro está que entre os selvagens cada família gruta ou choupana, como entre os nômades a tenda separada de cada família. Esta economia doméstica separada torna-se ainda mais necessária com o ulterior desenvolvimento da propriedade privada. Entre os povos agrícolas, a economia doméstica comum é tão impossível quanto o cultivo comum do solo. A construção de cidades constitui grande progresso. Entretanto, em todos os períodos anteriores a superação da economia separada — inseparável da superação da propriedade privada — era impossível, pois faltavam as condições materiais para isso. O estabelecimento de uma economia doméstica comum pressupõe o desenvolvimento da maquinaria, da utilização das forças naturais e de muitas outras forças produtivas — por exemplo, abastecimento de água, iluminação a gás, aquecimento a vapor etc., assim como a superação [da oposição] entre a cidade e o campo. Sem estas condições, a economia comum deixaria de constituir, por si só, uma força produtiva nova, careceria de qualquer base material e reporia apenas sobre um fundamento puramente teórico; ou, em outras palavras, seria mera extravagância e levaria apenas a uma economia monacal. O que era possível mostra-se na aglomeração em cidades e

A primeira coisa, portanto, em qual deste bastão. A primeira coisa, portanto, em qual-quer concepção histórica, é observar este fato fundamental em toda sua significação e em toda sua extensão e render-lhe toda justiça. Sabe-se bem que isto nunca foi feito pelos alemães, que, por isso, nunca tiveram uma base *terrena* para a história e, consequentemente, nunca tiveram um historiador. Embora não tenham percebido a conexão deste fato com a assim chamada história senão de maneira extrema-mente unilateral, sobretudo quando se mantinham presos à ideologia política, os franceses e os ingleses, mesmo assim, realizaram as primeiras tentativas para dar à historiografia uma base materialista, ao escreverem as primeiras histórias da sociedade civil, do comércio e da indústria.

O segundo ponto é que, satisfeita esta primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades — e esta produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico. Aqui se mostra, ao mesmo tempo, a descendência espiritual da grande sabedoria histórica dos alemães, os quais, quando lhes falta o material positivo e quando não adianta debater tolices teológicas, políticas ou literárias, nada nos oferecem em matéria de história, mas sim de "tempos pré-históricos"; de resto, porém, não nos explicam como se passa deste absurdo da "pré-história" à história propriamente dita — embora, por outro lado, sua es-

Ludwig Feuerbach" publicado em *Wigand's Vierteljahrsschrift*, vol. III, 1845. Bauer (1809-1882) era um dos mais importantes filósofos neo-hegelianos alemães, e Marx e Engels contra ele escreveram, em 1844, *A Sagrada Família ou Crítica da Crítica da Crítica. Contra Bruno Bauer e consortes. (Die Heilige Familie, oder Kritik der kritischen Kritik. Gegen Bruno Bauer und Consorten)*, livro publicado em Frankfurt a.M. em 1845. Segundo o argumento de Bauer, mesmo que desse objeto só é possível pelos sentidos. (N. dos T.).

na construção de edifícios comuns para determinados fins particulares (prisões, casernas etc.). Que a superação da economia separada é inseparável da superação da família é algo evidente por si mesmo.

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, como da alheia, na procriação, aparece agora como dupla relação: de um lado, como relação natural, de outro como relação social — social no sentido de que se entende por isso a cooperação de vários indivíduos, quaisquer que sejam as condições, o modo e a finalidade. Onde se segue que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão constantemente ligados a um determinado modo de cooperação e a uma fase social determinada, e que tal modo de cooperação é, ele próprio, uma "força produtiva"; segue-se igualmente que a soma de forças produtivas acessíveis aos homens condiciona o estado social e que, por conseguinte, a "história da humanidade" deve sempre ser estudada e elaborada em conexão com a história da indústria e das trocas. Mas é claro também que é impossível escrever tal história na Alemanha, pois faltam aos alemães não apenas a capacidade de concepção e o material, mas também a "certeza sensível"; e além do Reno não se pode ter nenhuma experiência sobre estas coisas, pois ali já não ocorre história alguma. Desde o início mostra-se, portanto, uma conexão materialista dos homens entre si, condicionada pelas necessidades e pelo modo de produção, conexão esta que é tão antiga quanto os próprios homens — e que toma, incessantemente, novas formas e apresenta, portanto, uma "história",

sem que exista qualquer absurdo político ou religioso que também mantenha os homens unidos.

Somente agora, depois de ter examinado quatro momentos, quatro aspectos das relações históricas originárias, verificamos que o homem tem também "consciência"*. Mas, ainda assim, não se trata de consciência "pura". Desde o início pesa sobre "o espírito" a maldição de estar "contaminado" pela matéria, que se apresenta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, de linguagem. A linguagem é tão antiga quanto a consciência — a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e, portanto, existe também para mim mesmo; e a linguagem nasce, como a consciência, da carência, da necessidade de intercâmbio com outros homens**. Onde existe uma relação, ela existe para mim: o animal não se "relaciona" com nada, simplesmente não se relaciona. Para o animal, sua relação com outros não existe como relação. A consciência, portanto, é desde o início um produto social, e continuará sendo enquanto existirem homens. A consciência é, naturalmente, antes de mais nada mera consciência do meio sensível *mais próximo* e consciência da conexão limitada com outras pessoas e coisas situadas fora do indivíduo que se torna consciente; é ao mesmo tempo consciência da natureza que, a princípio, aparece aos homens como um poder completamente estranho, onipotente, inexpugnável;

* [Variante original no manuscrito:] verificamos que o homem tem também, entre outras coisas, "espírito" e que esse "espírito" exterioriza-se" como "consciência".

[Observação marginal de Marx:] Os homens têm *história* porque devem produzir sua vida, e devem fazê-lo de determinado modo: isto está dado por sua organização física, da mesma forma que a sua consciência.

** [Suprimido no manuscrito:] Minha relação com meu ambiente é a minha consciência.

a partir do momento em que surge uma divisão entre o trabalho material e o espiritual*. A partir deste momento, a consciência *pode* realmente imaginar ser algo diferente da consciência da praxis existente, re-presentar *realmente* algo sem representar algo real; desde este instante, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e entregar-se à criação da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc., "puras". Mas ainda que esta teoria, esta teologia, esta filosofia e esta moral etc. entrem em contradição com as relações existentes, isso só pode acontecer porque as relações sociais existentes se encontram em contradição com as forças de produção existentes; o que, além disso, também pode acontecer num determinado círculo nacional de relações, pelo fato de que a contradição se instala não neste âmbito nacional, mas entre esta consciência nacional e a praxis de outras nações**, isto é, entre a consciência nacional de uma nação e sua consciência universal (como atualmente

Além disso, é inteiramente indiferente o que a consciência sozinha empreenda; de toda esta porcaria conservamos apenas um resultado, a saber: que esses três momentos — a força de produção, o estado social e a consciência — podem e devem entrar em contradição entre si, porque, com a *divisão do trabalho*, dada a possibilidade, mais ainda, a realidade, de que a atividade espiritual e a material*** — a triúncia e o trabalho, a produção e o consumo — caibam a indivíduos diferentes, e a possibilidade de não entra-

* [Observação marginal de Marx:] A primeira forma dos ideologos, os *sacerdotes*, coincide.
 ** [Observação marginal de Marx:] *Religião*. Os alemães e a *ideologia* como tal.
 *** [Suprimido no manuscrito:] a atividade e o pensamento, isto é, atividade sem pensamento e pensamento sem atividade.

com o qual os homens se relacionam de maneira puramente animal e perante o qual se detexam impresso-nar como o gado; é, portanto, uma consciência puramente animal da natureza (religião natural).

Vê-se logo que essa religião natural, ou esta religião determinada com a natureza, é condicionada pela forma da sociedade e vice-versa. Aqui, como em toda parte, a identidade entre o homem e a natureza aparece de modo a indicar que a religião limitada dos homens com a natureza condiciona a religião limitada dos homens entre si, e a religião limitada dos homens entre si condiciona a religião limitada dos homens com a natureza, exatamente porque a natureza ainda está pouco modificada pela história. E, por outro lado, a consciência da necessidade de estabelecer relações com os indivíduos que o circundam é o começo da consciência de que o homem vive em sociedade. Este começo é tão animal quanto a própria vida social nesta fase: trata-se de simples consciência gregária e o homem se distingue do carneiro unicamente pelo fato de que nele sua consciência toma o lugar do instinto ou de que seu instinto é consciente. Esta consciência de carneiro ou tribal desenvolve-se e aperfeiçoa-se ulteriormente em razão do crescimento da produtividade, do aumento das necessidades e do aumento da população, sendo este último a base dos dois primeiros. Com isto, desenvolve-se a divisão do trabalho, que originariamente nada mais era do que a divisão do trabalho no ato sexual e, mais tarde, divisão do trabalho que se desenvolve por si própria "naturalmente", em virtude de disposições naturais (vigorisico, por exemplo), necessidades, acasos etc. A divisão do trabalho torna-se realmente divisão apenas

* [Observação marginal de Marx suprimida no manuscrito:] Os homens desenvolvem a consciência no interior do desenvolvimento histórico real

1. Expressões do vocabulário dos jovens hegelianos e, em particular, de Max Stirner.

* [Suprimido no manuscrito:] A expressão idealista dos limites econômicos existentes não é apenas puramente teórica, mas existe também na consciência prática, isto é, a consciência que se emancipa e está em contradição com o modo de produção existente não constitui somente religiões e filosofias, mas também Estados.

ao mesmo tempo a contradição entre o interesse do Além do mais, com a divisão do trabalho é dada gunda em relação ao produto da atividade.

em relação à atividade, aquilo que se enuncia na se- privada são expressões idênticas: a primeira enuncia outros. Além disso, divisão do trabalho e propriedade dada é o poder de dispor da força de trabalho de dos economistas modernos, segundo a qual a propriedade aqui, aliás, já corresponde perfeitamente à definição ainda tosca e latente, é a primeira propriedade, que escravos do marido. A escravidão na família, embora meira forma, na família, onde a mulher e os filhos são seja, a propriedade, que já tem seu núcleo, sua própria propriedade, do trabalho e de seus produtos; ou qualitativamente, a distribuição *desigual*, tanto quantitativa como efeito a distribuição *desigual*, tanto quantitativa como as outras, dá-se ao mesmo tempo a *distribuição*, e com razão da sociedade em diversas famílias opostas umas na divisão natural do trabalho na família e na separação das condições estão dadas e que repousa, por sua vez, Com a divisão do trabalho, na qual todas estas da vida e a forma de intercâmbio a ele conectada *

rem esses elementos em contradição reside unicamente no fato de que a divisão do trabalho seja novamente superada. É evidente por si mesmo que "espectros", "nexos", "ser mais elevado", "conceitos", "escrúpulos" são apenas a expressão espiritual idealista, a representação aparente do indivíduo isolado, a representação de grilhões e limites muito empíricos no interior dos quais se movem o modo de produção

1. Alusão a Bruno Bauer, que se proclamava adepto de uma escola filosófica "crítica".

indivíduo ou da família singulares e o interesse coletivo de todos os indivíduos que se relacionam entre si; e, com efeito, este interesse coletivo não existe apenas na representação, como "interesse geral", mas se apresenta, antes de mais nada, na realidade, como a dependência recíproca de indivíduos entre os quais o trabalho está dividido. Finalmente, a divisão do trabalho nos oferece, desde logo, o primeiro exemplo do seguinte fato: desde que os homens se encontram numa sociedade natural e também desde que há cisão entre o interesse particular e o interesse comum, desde que, por conseguinte, a atividade está dividida não voluntariamente, mas de modo natural, a própria ação do homem converte-se num poder estranho e a ele oposto, que o subjugava ao invés de ser por ele dominado. Com efeito, desde o instante em que o trabalho começa a ser distribuído, cada um dispõe de uma esfera de atividade exclusiva e determinada, que lhe é imposta e da qual não pode sair; o homem é caçador, pescador, pastor ou crítico, e aí deve permanecer se não quiser perder seus meios de vida — ao passo que na sociedade comunista, onde cada um não tem uma esfera de atividade exclusiva, mas pode apertear-se no ramo que lhe apraz, a sociedade regula a produção geral, dando-me assim a possibilidade de hoje fazer tal coisa, amanhã outra, caçar pela manhã, pescar à tarde, criar animais ao anoitecer, criticar após o jantar, segundo meu desejo, sem jamais tornar-me caçador, pescador, pastor ou crítico. Esta fixação da atividade social — esta consolidação de nosso próprio produto num poder objetivo superior a nós, que escapa ao nosso controle, que contraria nossas expectativas e reduz a nada nossos cálculos — é um dos momentos capitais do desenvolvimento

Teoria
Ed. 1844

1. *Deutsch-Französische Jahrbücher (Annals Franco-Germans)*: revista editada por Karl Marx e Arnold Ruge e publicada em alemão em Paris. Apenas o primeiro número (um número duplo) circulou, em fevereiro de 1844. Continua dois artigos de Marx — "Zur Juden-Rechtsphilosophie. Einleitung" ("Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Introdução") — e dois artigos de Engels — "Umriss zu einer Kritik der Nationalökonomie" ("Esboço de uma crítica da Economia Política") e "Die Lage Englands" ("A situação

* [Suprimido no manuscrito:] e na propriedade, que inicialmente é uma instituição instaurada pelos próprios homens, logo dá à sociedade um rumo próprio de forma alguma pretendido por seus autores iniciais, visível a todos aqueles que não estejam enredados definitivamente na "autoconsciência" ou no "Unico".

histórico que até aqui tivemos *. E justamente desta contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que o interesse coletivo toma, na qualidade de *Estado*, uma forma autônoma, separada dos reais interesses particulares e gerais e, ao mesmo tempo, na qualidade de uma coletividade *ilusória*, mas sem-pre sobre a base real dos laços existentes em cada conglomerado familiar e tribal — tais como, laços de sangue, linguagem, divisão do trabalho em maior escala e outros interesses — e sobretudo, como desen-volvermos mais adiante, baseada nas classes, já condicionadas pela divisão do trabalho, que se isolam em cada um destes conglomerados humanos e entre as quais há uma que domina todas as outras. Segue-se que todas as lutas no interior do Estado, a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito de voto etc., etc., são apenas as formas *ilusórias* nas quais se desenvolvem as lutas reais entre as diferentes classes (fato de que os teóricos alemães não têm a menor ideia, apesar de ter-se-lhes facilitado as orientações necessárias nos *Annals Franco-Germans* e na *Sagrada Família*); segue-se, além disso, que

conglomerado familiar e tribal — tais como, laços de sangue, linguagem, divisão do trabalho em maior escala e outros interesses — e sobretudo, como desen-volvermos mais adiante, baseada nas classes, já condicionadas pela divisão do trabalho, que se isolam em cada um destes conglomerados humanos e entre as quais há uma que domina todas as outras. Segue-se que todas as lutas no interior do Estado, a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito de voto etc., etc., são apenas as formas *ilusórias* nas quais se desenvolvem as lutas reais entre as diferentes classes (fato de que os teóricos alemães não têm a menor ideia, apesar de ter-se-lhes facilitado as orientações necessárias nos *Annals Franco-Germans* e na *Sagrada Família*); segue-se, além disso, que

da Inglaterra", comentário do livro *Past and Present* de Thomas Carlyle). Estes trabalhos marcam a transição final de Marx e Engels para o materialismo e o comunismo. A publicação do periódico não teve continuidade principalmente em virtude de divergências entre Marx e Ruge (este um burguês radical). (N. dos T.: sobre *A Sagrada Família*, ver nota mais atrás, p. 39. Os dois artigos de Marx acima citados foram publicados no Brasil com o título *A Questão Judaica*, em tradução de Wladimir Gornide (Rio de Janeiro, Laemmert, 1969).

toda classe que aspira à dominação, mesmo que essa dominação, como no caso do proletariado, exija a superação de toda a antiga forma de sociedade e de dominação em geral, deve conquistar primeiro o poder político, para apresentar seu interesse como interesse geral, ao que está obrigada no primeiro momento. Justamente porque os indivíduos procuram *apenas* seu interesse particular, que para eles não coincide com seu interesse coletivo (o geral é de fato a forma *ilusória* da coletividade), este interesse comum faz-se valer como um interesse "estranho" aos indivíduos, "independente" deles, como um interesse "geral" especial e peculiar; ou têm necessariamente de entre-tar-se com este conflito, tal como na democracia. Por outro lado, a luta *prática* destes interesses particulares, que constantemente e de modo *real* chocam-se com os interesses coletivos e *ilusoriamente* tidos como coletivos, torna necessário o controle e a intervenção *prática* através do *ilusão* interesse-"geral" como Estado. O poder social, isto é, a força produtiva multiplicada que nasce da cooperação de vários indivíduos exigida pela divisão do trabalho, aparece a estes indivíduos, porque sua cooperação não é voluntária mas natural, não como seu próprio poder unificado, mas como uma força estranha situada fora deles, cuja origem e cujo destino ignoram, que não podem mais dominar e que, pelo contrário, percorre agora uma série particular de fases e de estágios de desenvolvimento.

mento, independente do querer e do agir dos homens e que, na verdade, dirige este querer e agir.

Esta "alienação" — para usar um termo compreensível aos filósofos — pode ser superada, naturalmente, apenas sob dois pressupostos *práticos*. Para que ela se torne um poder "insuperável", isto é, um poder contra o qual se faz uma revolução, é necessário que tenha produzido a massa da humanidade como massa totalmente "destituída de propriedade"; e que se encontre, ao mesmo tempo, em contradição com um mundo de riquezas e de cultura existente de fato — coisas que pressupõem, em ambos os casos, um grande incremento da força produtiva, ou seja, um alto grau de seu desenvolvimento; por outro lado, este desenvolvimento das forças produtivas (que contém simultaneamente uma verdadeira existência humana empírica, dada num plano *histórico-mundial* e não na vida puramente local dos homens) é um pressuposto prático, absolutamente necessário, porque, sem ele, apenas generalizar-se-ia a escassez e, portanto, com a *carencia*, recomençaria novamente a luta pelo necessário e toda a imundície anterior seria res-tabelecida; além disso, porque apenas com este desenvolvimento universal das forças produtivas dá-se um intercâmbio *universal* dos homens, em virtude do qual, de um lado, o fenômeno da massa "destituída de propriedade" se produz simultaneamente em todos os povos (concorência universal), fazendo com que cada um deles dependa das revoluções dos outros; e, finalmente, coloca indivíduos empiricamente universais, *histórico-mundiais*, no lugar de indivíduos locais. Sem isso, 1.º) o comunismo não poderia existir a não ser como fenômeno local; 2.º) as próprias forças do intercâmbio não teriam podido se desenvolver como forças *universais*, portanto insuperáveis, e permaneceriam "circunstâncias" domésticas e supersti-

ciosas; e 3.º) toda ampliação do intercâmbio superaria o comunismo local. Empiricamente, o comunismo é apenas possível como ato dos povos dominantes "subita" e simultaneamente, o que pressupõe o desenvolvimento universal da força produtiva e o intercâmbio mundial conectado com o comunismo. De outro modo, como poderia a propriedade, por exemplo, ter uma história, tomar diferentes figuras, e a propriedade territorial — segundo os diferentes pressupostos dados — passar, na França, do fracionamento à centralização nas mãos de uns poucos e, na Inglaterra, da centralização nas mãos de alguns ao fracionamento, como hoje realmente é o caso? Ou como ocorre que o comércio, que nada mais é do que a troca de produtos de indivíduos e países diferentes, domine o mundo inteiro através da relação entre a oferta e a procura — relação que, segundo um economista inglês, patra sobre a terra como o destino dos antigos, repartindo com mão invisível a felicidade e a desgraça entre os homens, fundando e esmagando impérios, fazendo povos nascerem e desaparecerem — enquanto que com a superação da base, da propriedade privada, com a regulamentação comunista da produção (que

1. A conclusão de que a revolução proletária só poderia ser alcançada simultaneamente em todos os países capitalistas avançados e de que, portanto, a vitória da revolução num único país era impossível — conclusão que recebeu sua expressão definitiva no ensaio de Engels *Grundrisse des Kommunismus (Princípios do Comunismo, 1847)* — era correta para o período do capitalismo pré-monopolista. Lênin, que tomou como ponto de partida a lei do desenvolvimento econômico e político desigual do capitalismo na época do imperialismo, lei por ele elaborada — chegou à conclusão de que, nas novas circunstâncias históricas, a revolução socialista poderia ser vitoriosa primeiro em poucos países (ou até mesmo num só país), e assinou a vitória da revolução em todos ou na maior parte dos países simultaneamente era impossível. Esta tese foi exposta pela primeira vez no artigo de Lênin "On the Slogan for a United States of Europe" ("Sobre o lema Estados Unidos da Europa"), 1915.

determina a destruição da relação alienada entre os homens e os seus próprios produtos), o poder da relação entre a oferta e a procura dissolve-se no nada, os homens readquirem o poder sobre a troca, a produção e o modo de seu relacionamento mútuo?

O comunismo não é para nós um estado que deve ser estabelecido, um ideal para o qual a realidade terá que se dirigir. Denominamos comunismo o movimento que se dirige a superar o estado de coisas atual. As condições desse movimento * resultam de pressupostos atualmente existentes. Além disso, a massa dos sim-ples trabalhadores — força de trabalho excluída em massa do capital ou de qualquer outra satisfação limitada — pressupõe o mercado mundial; e, portanto, pressupõe também a perda, não mais temporária e resultante da concorrência, deste próprio trabalho como uma fonte segura de vida. O proletariado ** só pode, pois, existir mundial e historicamente, do mesmo modo que o comunismo, sua ação, só pode ter uma existência "histórico-mundial". Existência histórico-mundial de indivíduos, isto é, existência de indivíduos diretamente vinculada à história mundial.

A forma de intercâmbio, condicionada pelas forças de produção existentes em todas as fases históricas anteriores e que, por sua vez, as condiciona, é a sociedade civil; esta última, como se depende do anteriormente exposto, tem como pressuposto e fundamento a família simples e a família composta, o que se costuma chamar de tribo, cujas determinações mais precisas foram dadas anteriormente. Vê-se, já aqui, que esta sociedade civil é a verdadeira fonte, o

* [Suprimido no manuscrito:] devem ser julgadas segundo a própria realidade efetiva.

** [Suprimido no manuscrito:] pressupõe, portanto, a história universal como existência empírica prática.

verdadeiro cenário de toda a história, e não absurda e a concepção histórica anterior que, negligenciando as relações reais, limitava-se às ações alissomantes dos príncipes e dos Estados*. A sociedade civil abrange todo o intercâmbio material dos indivíduos, no interior de uma fase determinada de desenvolvimento das forças produtivas. Abrange toda a vida comercial e industrial de uma dada fase e, neste sentido, ultrapassa o Estado e a nação, se bem que, por outro lado, deve se fazer valer frente ao exterior como nacionalidade e organizar-se no interior como Estado. A expressão "sociedade civil" aparece no século XVIII, quando as relações de propriedade já se tinham desprendido da comunidade antiga e medieval. A sociedade civil, como tal, desenvolve-se apenas com a burguesia; portanto, a organização social que se desenvolve imediatamente a partir da produção e do intercâmbio e que forma em todas as épocas a base do Estado e do resto da superestrutura idealista, foi sempre designada, invariavelmente, com o mesmo nome.

[2.]

Sobre a produção da consciência

Na história existente até aqui é certamente um fato empírico que os indivíduos singulares, com a

* [Suprimido no manuscrito:] até aqui consideramos principalmente apenas um aspecto da atividade humana, o trabalho dos homens sobre a natureza. O outro aspecto, o trabalho dos homens sobre os homens...

Origem do Estado e relação entre o Estado e a sociedade civil.

1. A expressão "bürgerliche Gesellschaft" pode significar tanto "sociedade burguesa" como "sociedade civil". (N. dos T.)

I. As últimas oito palavras foram suprimidas no manuscrito.

** [Variante original no manuscrito:] a explicar a sociedade civil em suas diferentes fases e em seu reflexo prático-idealista, o Estado, assim como todos os produtos diferentes e as formas da consciência, religião, moral etc.

Brno não chega à dízia. [Observação marginal de Marx suprimida no manuscrito:] O sr. Feuerbach].

* [Suprimido no manuscrito:] e em razão de que "o conceito 1) da personalidade 2) implica 3) de maneira geral 4) que se apresenta ele mesmo com seus limites" (e o conseqüente consideravelmente), "e a superar 5) de novo 6) esta limitação, que ela apresenta 7)" (não por si mesma, nem de maneira geral, não mais que por seu conceito, mas "por sua essência 8) *universal* 9)", pois *essa essência* é o resultado de sua autodiferenciação 10) interna 11)", de sua atividade". pp. 87-88 [do artigo de Bruno Bauer, "Caracterização de Ludwig Feuerbach"].

entre si pode ser representada como um único indivíduo que realiza o mistério de criar-se a si próprio. Vê-se aqui que os indivíduos fazem-se *uns aos outros*, tanto física como espiritualmente, mas não se fazem a si mesmos, nem na absurda concepção de São Bruno * nem no sentido do "Único", do homem "feito" 1. Esta concepção da história consiste, pois, em explicar o processo real de produção, partindo da produção material da vida imediata; e em conceber a forma de intercâmbio conectada a este modo de produção e por ele engendrada (ou seja, a sociedade civil em suas diferentes fases) como o fundamento de toda a história, apresentando-a em sua ação enquanto Estado e explicando a partir dela o conjunto dos diversos produtos teóricos e formas da consciência — religião, filosofia, moral etc. * — assim como em seguir seu processo de nascimento a partir desses produtos; o que permite então, naturalmente, expor a coisa em sua totalidade (e também, por isso mesmo, examinar a ação recíproca entre estes diferentes aspectos). Não se trata, como na concepção idealista da história, de

* [Observação marginal de Marx:] da produção da consciência.

extensão da atividade para uma atividade histórico-mundial, tornam-se cada vez mais submetidos a um poder que lhes é estranho (uma pressão que representam como uma travessura do assim chamado espírito universal etc.), um poder que se torna cada vez maior e que se revela, em última instância, como *mercado mundial*. Mas também esta empiricamente fundamentado que, com a derrocada do estado da sociedade existente por obra da revolução comunista (de que falaremos mais adiante) e com a superação da propriedade privada, que é idêntica à reterida revolução, este poder, que tanto confunde os teóricos alemães, será dissolvido; e então a libertação de cada indivíduo singular é alcançada na mesma medida em que a história transforma-se completamente em história mundial *. Pelo que já foi exposto, é claro que a verdadeira riqueza espiritual do indivíduo depende da riqueza de suas relações reais. E apenas desta forma que os indivíduos singulares são libertados das diversas limitações nacionais e locais, são postos em contato prático com a produção (inclusive a espiritual) do mundo inteiro e em condições de adquirir a capacidade de destruir esta multiforme produção do mundo inteiro (as criações dos homens). A dependência *multiforme*, esta forma natural de cooperação *histórico-mundial* dos indivíduos, será transformada por essa revolução comunista no controle e domínio consciente destes poderes que, engendrados pela ação recíproca dos homens, impuseram-se a eles como poderes totalmente estranhos e que os dominaram. Ora, esta concepção pode ser expressa em termos especulativos e idealistas, isto é, fantásticos, tais como "auto-criação do gênero" (a "sociedade como sujeito"), e com isto a série sucessiva de indivíduos relacionados

procurar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer sempre sobre o solo da história real; não de explicar a praxis a partir da ideia, mas de explicar as formações ideológicas a partir da praxis material; chegando-se, por conseguinte, ao resultado de que todas as formas e todos os produtos da consciência não podem ser dissolvidos por força da crítica espiritual, pela dissolução na "autocoscência" ou pela transformação em "fantasmas", "espectros", "visões" etc. — mas só podem ser dissolvidos pela derrogada prática das relações reais de onde emanam estas taperações idealistas; não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história, assim como da religião, da filosofia e de qualquer outro tipo de teoria. Tal concepção mostra que a história não termina dissolvendo-se na "autocoscência", como "espírito do espírito", mas que em cada uma de suas fases enfrenta-se um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente criada com a natureza e entre os indivíduos, que cada geração transmite à geração seguinte; uma massa de forças produtivas, de capitais e de condições que, embora sendo em parte modificada pela nova geração, prescreve a esta suas próprias condições de vida e lhe imprime um determinado desenvolvimento, um caráter especial. Mostra que, portanto, as circunstâncias fazem os homens assim como os homens fazem as circunstâncias. Esta soma de forças de produção, de capitais, de formas sociais de intercâmbio, que cada indivíduo e cada geração encontram como algo dado, é o fundamento real daquilo que os filósofos representam como "substância" e "essência do homem", aquilo que eles endeusaram e combateram; fundamento real que, em seus efeitos e influências sobre o desenvolvimento dos homens, não é em nada perturbado pelo fato destes filósofos se rebelarem contra ele

Toda concepção histórica, até o momento, ou tem omitido completamente esta base real da história, ou a tem considerado como algo secundário, sem qualquer conexão com o curso da história. Isto faz com que a história deva sempre ser escrita de acordo com um critério situado fora dela. A produção da vida real aparece como algo separado da vida comum, como algo extra e supraterrrestre. Com isto, a relação dos homens com a natureza é excluída da história, o que engendra a oposição entre natureza e história. Consequentemente, tal concepção apenas vê na história as ações políticas dos príncipes e do Estado, as lutas religiosas e as lutas teóricas em geral, e vê-se obrigada, especialmente, a *comparilhar*, em cada época histórica, a *illusão dessa época*. Por exemplo, se uma época imagina ser determinada por motivos puramente "políticos" ou "religiosos", embora a "política" e a "religião" sejam apenas formas de seus motivos reais, então o historiador da época considerada aceita essas

como "autocoscência" e como o "Único". Estas condições de vida, que as diferentes gerações encontram já existentes, decidem também se as convulsões revolucionárias que periodicamente se repetem na história serão ou não o suficientemente fortes para subverter as bases de todo o existente. Os elementos materiais de uma subversão total são, de um lado, as forças produtivas existentes e, de outro, a formação de uma massa revolucionária que se revolve, não só contra as condições particulares da sociedade existente até então, mas também contra a própria "produção da vida" vigente, contra a "atividade total" sobre a qual se baseia. Se tais elementos materiais não existem, então, no que se refere ao desenvolvimento prático, é absolutamente indiferente que a *ideia* desta subversão tenha sido já proclamada uma centena de vezes, como o demonstra a história do comunismo.

* [Observação marginal de Marx:] Assim chamada histórica *obiettiva* consiste, exatamente, em conceber as condições históricas independentes da atividade. Caráter reacionário.

opinião. A "imaginação", a "representação", que esses homens determinados fizeram de sua praxis real transforma-se na única força determinante e ativa que domina e determina a praxis desses homens. Quando a forma tosca sob a qual se apresenta a divisão do trabalho entre os hindus e entre os egípcios suscita nesses povos um regime de castas próprio de seu Estado e de sua religião, o historiador cre que o regime de castas é a força que engendrou essa forma social tosca. Enquanto os franceses e os ingleses se aterm a ilusão política, que esta certamente mais próxima da realidade, os alemães se movem na esfera do "espírito puro" e fazem da ilusão religiosa a força motriz da história. A filosofia hegeliana da história é a última consequência, levada à sua "expressão mais pura", de toda esta historiografia alemã, que não gira em torno de interesses reais, sequer de interesses políticos, mas em torno de pensamentos puros, os quais consequentemente devem aparecer a São Bruno como uma série de "pensamentos" que se devoram entre si e perecem, finalmente, na "autocoexistência"; e, de modo ainda mais consistente, ao sagrado Max Stirner, que nada sabe da história real, o curso da história aparece como um simples conto de "cavaleiros", bandidos e fantasmas, de cujas visões só consegue naturalmente se salvar pela "dessacralização"*. Tal concepção é verdadeiramente religiosa; ela postula o homem religioso como sendo o proto-homem do qual parte toda a história; e, em sua imaginação, coloca a produção religiosa de fantasmas no lugar da produção real dos meios de vida e da própria vida. Toda esta concepção da história, inclusive sua dissolução, os escrupulos e as dúvidas que dela resultam, não é mais

* [Variante original no manuscrito:] e como se não fosse um supremo divertimento científico explicar, inclusive no detalhe, o curso das relações terrestres reais, e dela tirar a prova.

do que um assunto puramente *nacional* para os alemães, e apenas tem interesse *local* para os alemães, como, por exemplo, a importante questão, tratada já inúmeras vezes, a saber: como se passa realmente "do reino de Deus para o reino do homem" — como se esse "reino de Deus" tivesse sempre existido a não ser na imaginação e como se os eruditos senhores não tivessem vivido sempre, sem sabê-lo, no "reino dos homens", para o qual procuram agora o caminho; e como se esse divertimento científico (pois não passa disso) de explicar o que há de curioso nessas formações teóricas nebulosas não residisse em demonstrar, ao contrário, que suas origens estão nas condições terrestres reais*. Em geral, para estes alemães, trata-se simplesmente de dissolver o absurdo já existente em quaisquer outras extravagâncias, isto é, de pressupor que todo este absurdo possui um *sentido* à parte que pode ser descoberto; enquanto se trata, apenas, de explicar esta traseologia teórica a partir das relações reais existentes. A dissolução real, prática, destas traseologias, a remoção destas representações da consciência dos homens, só será efetivada, como já dissemos, por circunstâncias alteradas e não por deduções teóricas. Para a massa dos homens, isto é, para o proletariado, tais representações não existem e não necessitam, portanto, ser dissolvidas, e embora esta massa ainda tenha representações teóricas desse tipo, tais como a religião etc., há muito tempo estas foram dissolvidas pelas circunstâncias.

O caráter puramente nacional destas questões e de suas soluções manifesta-se, ainda, no fato de que esses teóricos creem seriamente que fantasmas, tais

tórica, isto é, da época da luta entre filósofos alemães de 1840 a 1844. Seu objetivo é, portanto, escrever uma história do passado para fazer brilhar a glória de um personagem não histórico e de suas fantasias, e de acordo com isso não mencionar todos os acontecimentos históricos reais, inclusive as ingerências realmente históricas da política na história, e oferecer, em compensação, uma narração não baseada em estudos mas em artíficios e tagarelices literárias — como faz São Bruno em sua já esquecida *História do Século XVIII*.¹ Esses mascates do pensamento, cheios de pretensão e arrogância, que se creem infinitamente acima de pre-conceitos nacionais, são, na prática, muito mais nacionais do que os filisteus de cervejaria que sonham com a unidade alemã. Não reconhecem nenhum caráter histórico aos atos de outros povos; vivem na Alemanha, com a Alemanha e para a Alemanha, convertem a canção do Reno² em hino religioso e conquistam a Alsácia-Lorena despojando a filosofia francesa ao invés de despojar o Estado francês, germanizando os pensamentos franceses em lugar das províncias francesas. O senhor Venedey³ figura como cosmopolita ao lado de São Bruno e São Max, os quais proclamam, no domínio mundial da teoria, o domínio mundial da Alemanha.

Vê-se igualmente nesta discussão o quanto Feuerbach se engana (na *Revista Trimestral de*

1. Bruno Bauer, *Geschichte der Politik, Kultur und Aufklärung des achtzehnten Jahrhunderts (História da Política, da Cultura e do Iluminismo do Século XVIII)*, Charlottenburg, 1843-1845.

2. A Canção do Reno: o poema "Der Deutsche Rhein" ("O Reno Alemão"), de Nicolaus Becker, poeta pequeno-burguês alemão, escrito em 1840, foi usado por nacionalistas e musicado por vários compositores durante os anos seguintes.

3. Jacob Venedey (1805-1871): jornalista e político alemão radical. Após a Revolução de 1848, tornou-se um liberal.

como as de "homem-Deus", "o homem" etc., têm precedido as diferentes épocas da história (São Bruno chega mesmo a afirmar que "só a crítica e os críticos têm feito a história") — e quando eles próprios se entregam a construções históricas saltam com grande pressa por sobre todos os períodos anteriores, e da "civilização mongol" passam de imediato para a história propriamente "rica de conteúdo", isto é, para a história dos *Hallische* e dos *Deutsche Jahrbücher*¹, e passam para a dissolução da escola hegeliana numa briga geral. Todas as outras nações, todos os acontecimentos reais, são esquecidos; e o *theatrum mundi*² limita-se à Feira de Livros de Leipzig e às disputas mútuas entre a "Crítica", o "Homem" e o "Único".³ E quando a teoria se decide a cuidar de temas verdadeiramente históricos — como o século XVIII, por exemplo — esses filósofos dão-nos apenas a história das representações, desligada dos fatos e dos desenvolvimentos práticos que lhes servem de base, e também isto com a intenção de apresentar a época em questão como a primeira etapa imperfeita, como a precursora ainda incipiente da verdadeira época his-

1. Títulos abreviados de uma única e mesma revista literária e

filosófica dos jovens hegelianos, publicada de 1838 a 1843 sob a forma de folhetos diários. De janeiro de 1838 a junho de 1841, intitulou-se *Hallische Jahrbücher für deutsche Wissenschaft und Kunst (Anais da Halle sobre ciência e arte alemãs)* e foi dirigida, na cidade de Halle, na Prússia, por Arnold Ruge e Theodor Echtermeyer. Ameaçada de interdição, a revista transferiu-se para Dresden, em Saxe, e adotou em julho de 1841 o novo nome, *Deutsche Jahrbücher für Wissenschaft und Kunst (Anais Alemães sobre ciência e arte)*, passando a ser dirigida apenas por Ruge. Em janeiro de 1843, o governo de Saxe proibiu a circulação da revista, interdição estendida a toda a

Alemanha por decisão do Bundestag.

2. Em latim no original: teatro do mundo. (N. dos T.)

3. Pela ordem, alusão a Bruno Bauer, Feuerbach e Max Stirner. (N. dos T.)

cordemos a passagem de sua *Filosofia do Futuro*¹ onde desenvolve o ponto de vista de que o ser de uma coisa ou do homem é, simultaneamente, sua essência; de que as determinadas condições de existência, o modo de vida e a atividade de um indivíduo animal ou humano são aquilo em que sua "essência" se sente satisfeita. Toda exceção é aqui expressamente concebida como um acidente infeliz, como uma anormalidade que não pode ser modificada. Quando, portanto, milhões de proletários não se sentem de forma alguma satisfeitos com suas condições de vida, quando seu "ser"² em nada corresponde à sua "essência", isto então seria, de acordo com a passagem citada, uma desgraça inevitável que se deveria suportar tranquilamente. Contudo, milhões de proletários ou de comunistas pensam de modo inteiramente diferente e provaram isto no devido tempo, quando puserem seu "ser" em harmonia com sua "essência" de uma maneira prática, através de uma revolução. E por isto que em casos dessa espécie Feuerbach jamais fala do mundo dos homens, mas refugia-se na natureza exterior, na natureza ainda não dominada pelos homens. Mas, com cada nova invenção, com cada progresso da indústria, uma nova parte é arrancada deste terreno e o solo sobre o qual crescem os exemplos de tais posições feuerbachianas se restringe cada vez mais. A "essência" do peixe é seu "ser": a água — para reto-mar uma das proposições de Feuerbach. A "essência"

1. Feuerbach, *Grundsätze der Philosophie der Zukunft (Princípios da Filosofia do Futuro)*, Zurich, 1843, p. 47.
2. Em certas edições de *A Ideologia Alemã*, o texto interrompe-se neste ponto, não constando toda a passagem que se estende até as palavras "em apenas importância local", um pouco mais à frente. Segundo informa a edição em inglês de Progress Publishers — cuja ordenação se tomou por base nesta passagem da presente tradução — tal lacuna foi em parte preenchida pela descoberta de algumas páginas do manuscrito, publicadas pela primeira vez em 1962. (N. dos T.)

1. *Wigand's Vierteljahrsschrift (Revista Trimestral de Wigand)*: jornal filosófico dos jovens hegelianos publicado por Otto Wigand em Leipzig de 1844 a 1845. Entre seus colaboradores estavam Bauer, Stirner e Feuerbach. É um artigo deste último que Marx e Engels se referem. O artigo, em que Feuerbach polemiza com Stirner, fora publicado em 1845 no segundo tomo do jornal, sob o título "Über das Wesen des Christentums" in Beziehung auf den "Einzigsten und sein Eigenhum" ("Sobre a 'Essência do Cristianismo' em relação ao 'Único e sua propriedade'").

Wigand, 1845, tomo II¹) quando, por meio da qualificação de "homem comum", declara-se um comunista e transforma este último em predicado "do" homem, acreditando, assim, poder transformar em mera categoria a palavra comunista que, no mundo real, designa o adepto de determinado partido revolucionário. Toda a dedução de Feuerbach no que concerne às relações recíprocas entre os homens visa unicamente a provar que os homens têm necessidade uns dos outros, e *sempre viveram*. Ele quer estabelecer a consciência sobre este fato, quer, portanto, como os outros teóricos, criar apenas uma consciência correta sobre um fato *existente*, ao passo que para o verdadeiro comunista o que importa é derrocar este existente. Reconhecemos plenamente que Feuerbach, em seus esforços por criar justamente a consciência desse fato, vai tão longe quanto pode chegar um teórico sem deixar de ser teórico e filósofo. É sintomático, portanto, que São Bruno e São Max coloquem imediatamente a representação feuerbachiana do comunista em lugar do comunista real — o que fazem, em parte, para que também possam, como adversários da mesma estirpe, combater o comunismo como "espírito do São Bruno, além disso, por interesses pragmáticos. Como exemplo do reconhecimento e, ao mesmo tempo, do desconhecimento do existente, que Feuerbach continua comparilhando com nossos adversários, re-

Feuerbach

1. Trata-se da primeira máquina de tecer automática. (N. dos T.)
 2. Algumas linhas e palavras desta passagem não puderam ser decifradas devido ao mau estado do manuscrito.

* [Observação marginal de Marx:] Libertação filosófica e libertação real. *O homem. O Único. O indivíduo.* Condições geológicas, hidrogênicas etc. O corpo humano. Necessidade de trabalho.

** [Observação marginal de Marx:] Fraseologia e movimento real. "ser absorvido no espírito absoluto" momentaneamente e sem raciocínio.

do "homem" não deu sequer um passo adiante ao dissolverem a filosofia, a teologia, a substância e todo este lixo na "autocoscência", ao libertarem o "homem" da dominação desta fraseologia, dominação sob a qual nunca esteve escravizado. Nem lhes explicaremos que somente é possível efetuar * a libertação real no mundo real e através de meios reais; que não se pode superar a escravidão sem a máquina a vapor e a *Mule-Jenny*¹, nem a servidão sem melhorar a agricultura, e que não é possível libertar os homens enquanto não estiverem em condições de obter ali-
 mentação e bebida, habitação e vestimenta, em qual-
 idade e quantidade adequadas. A "libertação" é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é efetiva-
 da por condições históricas, pela [situação da indús-
 tria, do comércio], da [agricultura, do intercâmbio]
 [...]² [...] e então, posteriormente, conforme suas
 diferentes fases de desenvolvimento, o absurdo da
 substância, do sujeito, da autocoscência e da
 crítica pura, assim como o absurdo religioso e teoló-
 gico, são novamente eliminados quando suficiente-
 mente desenvolvidos **. Naturalmente, num país como
 a Alemanha, onde não ocorre senão um desenvolvi-
 mento histórico miserável, estes desenvolvimentos
 intelectuais, estas rivalidades glorificadas e inefica-
 zes, servem naturalmente de substitutos para a ausên-

Handwritten notes in left margin:
 a) ...
 b) ...
 c) ...
 d) ...
 e) ...
 f) ...
 g) ...
 h) ...
 i) ...
 j) ...
 k) ...
 l) ...
 m) ...
 n) ...
 o) ...
 p) ...
 q) ...
 r) ...
 s) ...
 t) ...
 u) ...
 v) ...
 w) ...
 x) ...
 y) ...
 z) ...

Handwritten notes in center margin:
 1 - do livro
 2 - do livro

Vierteljahrsschrift, 1845, tomo III.

2. Referência ao artigo de Bruno Bauer, "Charakteristik Ludwig Feuerbachs". ("Caracterização de Ludwig Feuerbach"), in *Wigand's*

sein Eigenihum (O Único e sua propriedade), pp. 155-156.

1. Os autores referem-se aqui a Max Stirner, *Der Einzige und sein Eigenihum* (O Único e sua propriedade), pp. 155-156. "ser absorvido no espírito absoluto" momentaneamente e sem raciocínio.

* Naturalmente, não nos daremos ao trabalho de explicar aos nossos sábios filósofos que a "libertação" é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é efetivamente da por condições históricas, pela [situação da indústria, do comércio], da [agricultura, do intercâmbio] [...]² [...] e então, posteriormente, conforme suas diferentes fases de desenvolvimento, o absurdo da substância, do sujeito, da autocoscência e da crítica pura, assim como o absurdo religioso e teológico, são novamente eliminados quando suficiente-
 mente desenvolvidos **. Naturalmente, num país como a Alemanha, onde não ocorre senão um desenvolvimento histórico miserável, estes desenvolvimentos intelectuais, estas rivalidades glorificadas e ineficazes, servem naturalmente de substitutos para a ausência de "homem" não deu sequer um passo adiante ao dissolverem a filosofia, a teologia, a substância e todo este lixo na "autocoscência", ao libertarem o "homem" da dominação desta fraseologia, dominação sob a qual nunca esteve escravizado. Nem lhes explicaremos que somente é possível efetuar * a libertação real no mundo real e através de meios reais; que não se pode superar a escravidão sem a máquina a vapor e a *Mule-Jenny*¹, nem a servidão sem melhorar a agricultura, e que não é possível libertar os homens enquanto não estiverem em condições de obter ali-
 mentação e bebida, habitação e vestimenta, em qual-
 idade e quantidade adequadas. A "libertação" é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é efetivamente da por condições históricas, pela [situação da indústria, do comércio], da [agricultura, do intercâmbio] [...]² [...] e então, posteriormente, conforme suas diferentes fases de desenvolvimento, o absurdo da substância, do sujeito, da autocoscência e da crítica pura, assim como o absurdo religioso e teológico, são novamente eliminados quando suficiente-
 mente desenvolvidos **. Naturalmente, num país como a Alemanha, onde não ocorre senão um desenvolvimento histórico miserável, estes desenvolvimentos intelectuais, estas rivalidades glorificadas e ineficazes, servem naturalmente de substitutos para a ausência

de existência que não mais lhe convém, tão logo o rio sotra a influência da indústria, tão logo seja poluído por colorantes e outros detritos, tão logo navios a vapor naveguem pelo rio, tão logo suas águas sejam dirigidas para canais onde simples drenagens podem retirar do peixe seu meio de existência. Declarar que condições deste gênero são anormalidades inevitáveis não dizer, fundamentalmente, do consolo que São Max Stirner¹ oferece aos insatisfeitos, ao afirmar que esta contradição é sua própria contradição e que esta má situação é sua própria má situação, na qual poderiam, ou acalmar-se, ou guardar sua própria indignação para si, ou rebelar-se contra isso de modo fantástico. Isto difere muito pouco da alegação de São Bruno² de que estas circunstâncias infelizes seriam provenientes do fato de que os insatisfeitos se divertiram no lixo da "substância", não progrediram para a "autocoscência absoluta" e não reconheceram estas má condições de vida como espírito de seu espírito.

cia de desenvolvimento histórico: inrustam-se e têm que ser combatidos *. Mas esta luta tem apenas importância local **.

(...) 1 na realidade, para o materialista *prático*, isto é, para o *comunista*, trata-se de revolucionar o mundo existente, de atacar e transformar, praticamente, o estado de coisas que ele encontrou ***. E se, por vezes, encontram-se em Feuerbach pontos de vista desse gênero, eles não são mais do que intuições isoladas e têm muito pouca influência sobre toda sua concepção geral para serem aqui considerados como algo mais do que embriões capazes de desenvolvimento. A "concepção" feuerbachiana do mundo sensível limita-se, de um lado, à simples contemplação deste último e, de outro lado, ao simples sentimento; ele diz "o homem" ao invés de dizer os "homens históricos reais". "O homem" é na realidade "o alemão". No primeiro caso, na *contemplação* do mundo sensível, ele se choca, necessariamente, com coisas que contradizem sua consciência e seu sentimento, que perturbam a harmonia por ele pressuposta entre todas as partes do mundo sensível e sobretudo entre homem e natureza *****. Para eliminar estas coi-

* [Observação marginal de Marx:] A importância da fraseologia para a Alemanha.
 ** [Variante original no manuscrito:] é luta que não tem importância histórica geral, mas apenas local, uma luta que não traz resultados novos para a massa de homens mais do que a luta da civilização contra a barbárie.
 [Observação marginal de Marx:] A linguagem é a linguagem da realidade].

*** [Observação marginal de Marx:] Feuerbach.
 **** [Variante original no manuscrito:] "concepção" teórica.
 ***** [Observação marginal de Engels:] N.B. O erro de Feuerbach] não consiste em que subordine o que é imediatamente palpável, a

1. Há uma lacuna neste ponto do manuscrito.

sas, tem que se refugiar numa dupla concepção, oscilando entre uma concepção protana, que percebe apenas o que é "imediatamente palpável", e uma concepção mais elevada, filosófica, que contempla a "essência verdadeira" das coisas. Ele não percebe que o mundo sensível que o envolve não é algo dado imediatamente por toda a eternidade, uma coisa sem-pre igual a si mesma, mas sim o produto da indústria e do estado da sociedade; isto, na verdade, no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações *, cada uma das quais alçando-se aos ombros da precedente, desenvolvendo sua indústria e seu comércio, modificando a ordem social de acordo com as necessidades alteradas. Mesmo os objetos da mais simples "certeza sensível" são dados a Feuerbach apenas através do desenvolvimento social, da indústria e do intercâmbio comercial. Sabe-se que a cerejeira, como quase todas as árvores frutíferas, foi transplantada para nossas zonas pelo *comércio*, há alguns séculos apenas, e foi, portanto, tão-somente *através* dessa ação de uma determinada sociedade em uma época determinada que foi dada a "certeza sensível" de Feuerbach.

Aliás, nesta concepção que vê as coisas tais como são e acontecem realmente, todo profundo problema filosófico resolve-se simplesmente num fato empírico, como adiante se verá de maneira ainda mais clara. Tomemos, por exemplo, a importante questão das relações entre o homem e a natureza (ou então,

aparência sensível, à realidade sensível constatada graças a um exame mais aprofundado dos fatos sensíveis; consiste, ao contrário, em que ele, em última instância, não pode chegar ao mundo sensível sem considerá-lo com os "olhos", isto é, através dos "óculos" do filósofo.

* [Variante original no manuscrito:] que ela é em cada época histórica o resultado da atividade de toda uma série de gerações.

como Bruno nos mostra na pag. 110¹, "as oposições em natureza e história", como se as duas "coisas" fossem separadas uma da outra, como se o homem não se encontrasse sempre em face de uma natureza histórica e de uma história natural). Esta questão, onde surgiram todas as "obras de grandeza insondável"² sobre a "substância" e a "autocoscência", desaparece por si mesma perante a compreensão do fato de que a celebre "unidade do homem com a natureza" sempre existiu na indústria e se apresenta de maneira diferente, em cada época, segundo o desenvolvimento maior ou menor da indústria; e o mesmo no que se refere à "luta" do homem com a natureza, até o desenvolvimento de suas forças produtivas sobre uma base correspondente. A indústria e o comércio, a produção e a troca das necessidades de vida, condicionam, por seu lado, a distribuição, a estrutura das diferentes classes sociais, para serem, por sua vez, condicionadas por estas em seu modo de funcionamento. Eis porque Feuerbach, em Manchester por exemplo, vê apenas fábricas e máquinas onde há cem anos atrás havia apenas rodas de fiar e teares manuais, ou por que, na *Campagna di Roma*, encontra apenas pastagens e pântanos onde, no tempo de Augusto, não teria encontrado mais do que as vinhas e quintas dos capitalistas romanos. Feuerbach fala em particular da concepção da ciência natural e menciona segredos que se revelam apenas aos olhos do físico e do químico; mas, o que seria da ciência natural sem o comércio e a indústria? Mesmo esta ciência natural "pura" adquire tanto sua finalidade como seu material graças apenas ao comércio e à indústria, à atividade sensível dos homens. E até tal

1. In Bruno Bauer, "Charakteristik Ludwig Feuerbachs".

2. Paráfrase de um verso de *Fausto*, de Goethe: "Prolog im Himmel" ("Prólogo no céu").

ponto é esta atividade, este continuo trabalhar e criar sensíveis, esta produção, a base de todo o mundo sensível tal e como agora existe, que, se fosse interrompida até mesmo por um ano apenas, Feuerbach não só encontraria enormes mudanças no mundo natural, mas logo sentiria falta de todo o mundo dos homens e de sua própria capacidade de percepção, e até mesmo de sua própria existência. Certamente, em tudo isto, a prioridade da natureza exterior subsiste, e tudo isto não pode ser aplicado aos homens primitivos produzidos por *generatio aequivoca*¹; mas esta diferenciação só tem sentido na medida em que o homem é considerado como distinto da natureza. De resto, a natureza, a natureza que precede a história humana, não é de forma alguma a natureza na qual vive Feuerbach, é natureza que hoje já não existe em parte alguma (exceto talvez em algumas ilhas de coral australianas de formação recente) e que, portanto, não existe para Feuerbach. É verdade que Feuerbach tem sobre os materiais "puros" a grande vantagem de compreender que o homem é também um "objeto sensível". Mas, façamos abstração do fato de que ele concebe o homem apenas como "objeto sensível" e não como "atividade sensível", pois ainda permanece no reino da teoria e não concebe os homens em sua conexão social dada, em suas condições de vida existentes, que fizeram deles o que são; por isto mesmo, jamais chega até os homens ativos realmente existentes, mas se detém na abstração "o homem" e apenas consegue reconhecer sentimentalmente o "homem real, individual, corporal", isto é, não conhece outras "relações humanas" "entre o homem e o homem" senão as do amor e da amizade, sendo estas, além disso, idealizadas. Não nos oferece crítica alguma das condições de

1. Em latim no original: geração espontânea. (N. dos T.)

tória recebe finalidades à parte, tornando-se uma "pessoa ao lado de outras pessoas" (tais como: "auto-consciência, crítica, o Único" etc.), enquanto que o que se designa com as palavras "destinação", "finalidade", "núcleo", "idéia", da história anterior nada mais é do que uma abstração da história posterior, uma abstração da influência ativa que a história anterior exerce sobre a posterior.

Ora, quanto mais os círculos singulares que atuam uns sobre os outros se expandem no curso desse desenvolvimento, quanto mais o isolamento primitivo das diferentes nacionalidades é destruído pelo modo de produção desenvolvido, pelo intercâmbio e pela divisão do trabalho que surge de maneira natural entre as diferentes nações, tanto mais a história torna-se uma história mundial. Assim é que se se inventa, por exemplo, na Inglaterra uma máquina que, na Índia ou na China, rouba o pão a milhares de trabalhadores e subverte toda a forma de existência desses impérios, tal invento torna-se um fato histórico-mundial. E vemos também como o açúcar e o café demonstram sua importância histórica-mundial no século XIX, pelo fato de que a escassez desses produtos, resultante do sistema continental napoleônico, incitou a sublevação dos alemães contra Napoleão, estabelecendo-se com isso a base real das gloriosas guerras de libertação de 1813. Segundo-se daí que essa transformação da história em história mundial não é, digamos, um simples fato abstrato da "autocoscência", do espírito mundial ou de qualquer outro fantasma metafísico, mas sim uma ação puramente material, verificável de maneira em-

1. Referência ao *Bloqueio Continental*, proclamado por Napoleão I em 1806, que proibia o comércio entre os países da Europa continental e a Inglaterra.

vida atuais. Não consegue nunca, portanto, conceber o mundo sensível como a *atividade* sensível, viva e total, dos indivíduos que o constituem, razão pela qual é obrigado, ao ver, por exemplo, ao invés de homens sadios um bando de pobres-diabos, escrufulosos, esgotados e típicos, a recorrer a uma "concepção superior" e à ideal "igualização no gênero"; ou seja, por conseguinte, a reincluído no idealismo precisamente ali onde o materialista comunista vê a necessidade e simultaneamente a condição de uma transformação, tanto da indústria como da estrutura social.

Na medida em que Feuerbach é materialista, não aparece nele a história, e na medida em que toma a história em consideração, não é materialista. Materialismo e história aparecem completamente divorciados nele, fato que é explicado pelo que até aqui dissemos*.

A história nada mais é do que a sucessão de diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais e as forças de produção e as transmítidas pelas gerações anteriores; ou seja, de um lado, prossegue em condições completamente diferentes a atividade precedente, enquanto, de outro lado, modifica as circunstâncias anteriores através de uma atividade totalmente diversa. O que pode ser especulativamente distorcido, na medida em que se converte a história posterior em finalidade da anterior, na medida em que, por exemplo, é atribuída à descoberta da América a finalidade de auxiliar a erupção da Revolução Francesa — com o que a his-

* [Suprimido no manuscrito:] A razão pela qual, contudo, aqui discutimos detalhadamente a história deve-se ao fato de os alemães estarem acostumados a representar com os termos "história" e "histórico" não apenas o real, mas todo o possível; disto São Bruno, "com sua eloquência de púlpito", é um brilhante exemplo.

Materialismo e
história e sua
relação
9.º e
histórias

pírica, uma ação para a qual cada indivíduo fornece a prova, na medida em que anda e para, come, bebe e se veste.

As idéias (*Gedanken*) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe se que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as idéias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda sua extensão e, consequentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias; que regulem a produção e a distribuição das idéias de seu tempo e que suas idéias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes da época. Por exemplo, numa época e num país em que a aristocracia e a burguesia disputam a dominação e em que, portanto, a dominação está dividida, mostra-se como idéia dominante a doutrina da divisão dos poderes, enunciada então como "lei eterna".

A divisão do trabalho, de que já tratamos acima (pp. [44-48]) como uma das forças principais da história até aqui, expressa-se também no seio da classe dominante como divisão do trabalho espiritual e ma-

terial, de tal modo que, no interior desta classe, uma

parte aparece como os pensadores desta classe (seus ideólogos ativos, conceptivos, que fazem da formação de idéias desta classe a respeito de si mesma seu modo principal de subsistência), enquanto que os outros relacionam-se com estas idéias e ilusões de maneira mais passiva e receptiva, pois são, na realidade, os membros ativos desta classe e têm pouco tempo para produzir idéias e ilusões acerca de si próprios. No interior desta classe, essa coisa pode mesmo conduzir até a uma certa oposição e hostilidade entre ambas as partes, mas esta hostilidade, entretanto, desaparece por si mesma logo que surge qualquer colisão prática capaz de colocar em perigo a própria classe, ocasião em que desaparece também a aparência de que as idéias dominantes não são as idéias da classe dominante e têm um poder diferente do poder desta classe. A existência de idéias revolucionárias numa determinada época já pressupõe a existência de uma classe revolucionária, sobre cujos pressupostos já dissemos anteriormente o necessário (pp. [48-53]).

Se, na concepção do decurso da história, separarmos as idéias da classe dominante da própria classe dominante e se as concebemos como autónomas, sem nos limitarmos a dizer que em uma época estas ou aquelas idéias dominaram, sem nos preocuparmos com as condições de produção e com os produtores destas idéias, se, portanto, ignorarmos os indivíduos e as circunstâncias mundiais que são a base destas idéias, então podemos afirmar, por exemplo, que, na época em que a aristocracia dominou, os conceitos de honra, fidelidade etc. dominaram, ao passo que na época da dominação da burguesia dominaram os conceitos de liberdade etc. igualdade etc. * E o que, em média, im-

* [Suprimido no manuscrito:] Em média, a própria classe dominante tem a representação de que estes seus conceitos dominaram e

gina a própria classe dominante. Tal concepção da história, comum a todos os historiadores, especialmente desde o século XVIII, detronatar-se-á necessariamente com o fenômeno de que idéias cada vez mais abstratas dominam, isto é, idéias que tomam cada vez mais a forma de universalidade. Com efeito, cada nova classe que toma o lugar da que dominava antes dela é obrigada, para alcançar os fins a que se propõe, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade, isto é, para expressar isso mesmo em termos ideais: é obrigada a emprestar às suas idéias a forma de universalidade, a apresentá-las como sendo as únicas racionais, as únicas universalmente válidas. A classe revolucionária surge, desde o início, não como classe, mas como representante de toda a sociedade, porque já se de-
fronta com uma classe; aparece como a massa inteira da sociedade frente à única classe dominante*. Ela consegue isto porque no início seu interesse realmente ainda está ligado ao interesse coletivo de todas as outras classes não-dominantes e porque, sob a pressão das condições prévias, esse interesse ainda não pôde desenvolver-se como interesse particular de uma classe particular. Sua vitória é útil, também, a muitos indivíduos de outras classes que não alcançaram uma posição dominante, mas apenas na medida em que

os distingue das representações dominantes de épocas anteriores apenas porque os apresenta como verdades eternas. Estes "conceitos dominantes" terão forma tanto mais geral e ampla quanto mais a classe dominante for obrigada a apresentar seus interesses como sendo os interesses de todos os membros da sociedade.

* [Observação marginal de Marx:] (A universalidade corresponde: 1.º a classe contra o estamento; 2.º a concorrência, ao inter-câmbio mundial etc.; 3.º ao grande contingente numérico da classe dominante; 4.º à ilusão dos interesses *coletivos*. No começo, essa ilusão [é] verdadeira; 5.º à ilusão dos ideólogos e à divisão do trabalho).

coloque agora esses indivíduos em condições de elevar-se à classe dominante. Quando a burguesia francesa derrubou a dominação da aristocracia, permitiu que muitos proletários se elevassem acima do proletariado, mas unicamente na medida em que tornaram-se burgueses. Cada nova classe estabelece sua dominação sempre sobre uma base mais extensa do que a da classe que até então dominava, ao passo que, mais tarde, a oposição entre a nova classe dominante e a não-dominante se agrava e se aprofunda ainda mais. Ambas estas coisas condicionam o fato de que a luta a ser conduzida contra esta nova classe dominante propõe-se novamente a uma negação mais decisiva e radical das condições sociais anteriores, mais do que a que puderam fazer todas as classes precedentes que haviam aspirado à dominação.

Toda esta aparência, a aparência de que a dominação de uma classe determinada é somente a do-minação de certas idéias, desaparece naturalmente, por si mesma, tão logo a dominação de classe deixe de ser a forma da ordem social, tão logo não seja mais necessário apresentar um interesse particular como geral ou "o geral" como dominante*.

Uma vez que as idéias dominantes tenham sido separadas dos indivíduos dominantes e, principal-mente, das relações que nascem de uma dada fase do modo de produção, e que com isso chegue-se ao resultado de que na história as idéias sempre dominam, é muito fácil abstrair dessas idéias "a idéia" etc. como o dominante na história e nesta medida conceber todos estes conceitos e idéias particulares como "auto-determinação" do conceito que se desenvolve na his-

* [Variante original no manuscrito:] de apresentar um interesse particular, no plano prático, como interesse comum a todos e, no plano teórico, como interesse geral.

I. G. W. F. Hegel, *Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte (Lições sobre a Filosofia da História)*, 1830.

exatamente como materialista, numa série de pessoas pessoa — "a autoconsciência" — ou a fim de aparecer ceito que se autodetermina" transforma-se o numa

3.º) Para eliminar o aspecto místico deste "con- pelo pensamento).
se em autodiferenciações, diferenças estabelecidas si e porque, concebidas como *meras* idéias, convertem- empírica, essas idéias estão realmente ligadas entre ceito" (isto é possível porque, em virtude de sua base gue concebendo-as como "autodeterminações do con- as idéias sucessivamente dominantes, o que se conse- ção das idéias, estabelecer uma conexão mística entre 2.º) Deve-se introduzir uma ordem nesta domina-

ção das idéias ou ilusões na história.
rios dominantes, reconhecendo com isso a domina- empíricas e como indivíduos materiais) destes pró- (que dominam por razões empíricas, sob condições 1.º) Deve-se separar as idéias dos dominantes

quia em Stirner) limita-se aos três esforços seguintes: provar a supremacia do espírito na história (a hierar- como acabamos de ver. Todo truque que consiste em — um resultado que também Hegel já proclamara, pensadores como tal, dominaram sempre na história chega-se então ao resultado de que os filósofos, os "do conceito", aos teóricos, ideólogos e filósofos, e 446). Agora pode-se voltar novamente aos produtores e que expõe na história a "verdadeira *teodiceia*" (p. *História* que "só considera o progresso do conceito" O próprio Hegel confessa no final da *Filosofia da do homem. Assim procedeu a filosofia especulativa. mem, do homem representado, da essência do homem, dos homens podem ser deduzidas do conceito de ho- tória. E então também natural que todas as relações*

quando o poder se separa do sistema
quando o poder se separa do sistema
quando o poder se separa do sistema

que representam "o conceito" na história, a saber, os "pensadores", os "filósofos", os ideólogos, concebidos como os fabricantes da história, como o "conselho dos guardiães", como os dominantes*. Desta forma, eliminam-se todos os elementos materialistas da história e pode-se então soltar, tranquilamente, as rédeas do corcel especulativo.
Enquanto que na vida comum qualquer *shop-keeper* sabe perfeitamente distinguir entre o que alguém diz ser e o que realmente é, nossa historiografia não alcançou ainda este conhecimento trivial. Toda ma cada época por sua palavra e acreditada no que ela diz e imagina a respeito de si mesma.
Este método histórico, que reinou sobretudo na Alemanha, e com razão, deve ser explicado a partir da conexão com a ilusão dos ideólogos em geral — por exemplo, com as ilusões dos juristas, dos políticos (incluindo entre estes os estadistas práticos) — a partir dos devaneios dogmáticos e das distorções destes últimos, o que se explica de forma muito simples a partir de sua posição prática na vida, de seus negócios e da divisão do trabalho.

[B. A Base Real da Ideologia]

[1.]

Intercâmbio e Força Produtiva

A maior divisão entre o trabalho material e o intelectual é a separação entre a cidade e o campo. A

* [Observação marginal de Marx:] O homem = o "espírito humano pensante".

I. Em inglês no original: mascate, lojista, comerciante. (N. dos T.)

quando o poder se separa do sistema